



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 87

Sessão Ordinária de Junho

1.ª reunião em 19-06-2013

Aos dezanove dias do mês de Junho de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado com a Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, na qualidade de Primeiro Secretário e da Vogal Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, David Paiva Martins, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Telmo Vieira Martins, Adélio Correia Marques da Silva, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Rui Miguel Bartolomeu Maio, João Pedro Rodrigues Santos Dias, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Victor Manuel da Silva Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, e Pedro Machado Pires da Rosa.^{.001}

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, João Francisco Carvalho Sousa, José Manuel Gaspar Martins, e Marília Fernanda Correia Martins (chegou às 21:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Jorge Carvalho Arroteia, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Ivar Jorge Alves Corceiro, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, respetivamente.^{.003}

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, e Antero Marques dos Santos, se fizeram substituir nesta reunião por, Firmino Marques Ferreira, e Adélio Correia Marques da Silva.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, Nelson Ricardo Esteves Peralta, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – 1.ª Revisão Orçamental - deliberação;

Ponto 3. – MOTRINDE – Montagens Técnicas e Reparações Industriais, LDA – Reconhecimento de Interesse Económico para o Concelho - deliberação;

Ponto 4. – Prestação de Serviços para a Biblioteca, Arquivo Histórico e Museu:

4.1 - Adjudicar a prestação de serviços para manutenção da solução de gestão (WINLIB 2000) em uso na rede de bibliotecas escolares de Aveiro;

4.2 - Adjudicar a prestação de serviços para manutenção do sistema gestão integrada (HORIZON) a funcionar na Biblioteca de Aveiro.

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as atas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: [004](#)

Ata n.º 83 – Sessão Ordinária de Abril - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ata n.º 84 – Sessão Ordinária de Abril - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ata n.º 85 – Sessão Ordinária de Abril - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra, e uma abstenção.

Ata n.º 86 – Sessão Ordinária de Abril - 4.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Mesa nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A Mesa deu conhecimento da inscrição de uma cidadã para usar da palavra no Período de Antes da Ordem do Dia.

Usou da palavra a cidadã Rosalina de Sousa Gomes, que veio expor assunto relacionado com o seu afastamento da Associação de Pais da Escola Secundária Homem Cristo. [006](#)

(Entretanto deram entrada na sala os vogais João Alberto Simões Barbosa, Sesnando Alves dos Reis, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, e José António Tavares Vieira.)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto da *Ordem-do-Dia* os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Seiça Neves (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [009](#)

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos Senhores Deputados, excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara e excelentíssimos Senhores Vereadores. Depois de amanhã, no próximo dia 21 de Junho, fará dois anos sobre a tomada de posse do actual governo PSD e CDS. São dois anos passados sobre um governo que fez do pacto de agressão o seu próprio programa, esquecendo compromissos eleitorais e procurando fazer das Leis da república e da própria constituição portuguesa tábua rasa. A subscrição do pacto de agressão por parte PSD/CDS e a sua execução, estão a conduzir o país para o abismo económico e social. Tinha razão o PCP quando em 5 de Abril de 2011 alertou para o rumo de desastre nacional, em que a legítima decisão de acorrentar o país ao chamado programa de ajustamento assinado com a União Europeia, o FMI e o BCE conduziria. Passados dois anos, o país está mergulhado numa espiral de austeridade e de recessão económica, com consequências dramáticas nos planos económico e social. Este é o resultado de um pacto de agressão e de uma política que, ao serviço da acumulação capitalista e dos lucros dos grupos monopolistas, concebida para aumentar a exploração dos trabalhadores e destruir direitos e conquistas sociais, está a empurrar o país para um empobrecimento, um declínio e a crescente dependência. Pareceu-nos ter voltado ao tempo de 24 de Abril, ao tempo do capitalismo monopolista do Estado, em que o Estado não está apenas ao serviço dos interesses da grande burguesia nacional e estrangeira, como está de facto sequestrado pelos seus agentes que vêm ao nível do Estado para a grande burguesia consoante as necessidades. Dois anos de pacto, em que todos os principais indicadores económicos e sociais se agravaram, uma recessão de 5.5 do PIB! Um aumento em mais de quatrocentos e trinta mil do número de desempregados, ultrapassando já o milhão e quatrocentos mil. Uma redução mega dos salários reais. Uma quebra de 10% no consumo das famílias. Mais de duzentos e cinquenta mil portugueses, na sua maioria jovens obrigados a emigrar; uma dívida pública que, tendo aumentado neste período quarenta e oito mil milhões de euros, ascende ao valor recorde de 123.6% do PIB.

Só no nosso concelho de Aveiro, o número de desempregados reais é de cerca nove mil, dos quais cerca de quatro mil e setecentos serão mulheres e três mil jovens com menos de 35 anos de idade e cerca de quatro mil estão em situação de desemprego de longa duração. É urgente uma nova política e um novo governo patriótico e de esquerda, uma política que sem prejuízo de posicionamentos diferenciados se baseia em seis opções fundamentais indispensáveis, a rejeição do pacto de agressão, a defesa do aumento da produção nacional e recuperação para o Estado dos sectores financeiros e principais empresas estratégicas. Terceira, a valorização efectiva dos salários e pensões e o explícito compromisso de reposição dos salários, rendimentos e direitos roubados. Quarta, a opção por uma política orçamental de combate ao despesismo, à despesa sumptuária, baseada numa componente fiscal de aumento da tributação dos grandes lucros e dos grandes dividendos. Quinta, uma política de defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular nas funções sociais do Estado. Sexta, a assunção de uma política soberana e a afirmação do primado dos interesses nacionais, as relações com a União Europeia. Terminaria assim, o PCP apela aos trabalhadores e ao povo, a todos os democratas e patriotas, para que se unam na rejeição de um pacto de

agressão, para que fortaleçam a luta, de cada vez mais amplos sectores profissionais e sociais, no combate às políticas de direita e as suas consequências, lutas que percorrem a sociedade portuguesa, dos pequenos agricultores aos reformados e pensionistas, dos professores aos enfermeiros, do pessoal dos CTT à globalidade da Administração pública. Amplas lutas concluirão na grande greve geral no próximo dia 27. A luta é o caminho. Disse.”

Vogal Rui Maio (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[010](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Quero começar por cumprimentar todos os presentes e neste Período de Antes da Ordem do Dia. Queria focar aqui dois pontos que me parecem essenciais. O primeiro é que um grupo de 50 formadores externos do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Aveiro, lançou no dia 27 de Março, uma petição dirigida à Assembleia da República, que tinha como objectivo denunciar a condição em que estes formadores foram lançados, devido a um concurso que decorreu no mês de Dezembro de 2012 e estava repleto de ilegalidades e que por isso resultou no despedimento de mais de um milhar de formadores externos ao serviço do IFP por todo o país.

O objectivo desta petição era também denunciar então estas condições em que decorreu o concurso, de modo a que o concurso fosse anulado e fazendo com que fossem integrados então nas equipas dos Centros de Formação Profissional do IFP em regime de contratação, os formadores externos despedidos.

Resta acrescentar que esta petição já foi enviada à Assembleia da República e também com elas seguiram juntamente três cartas abertas, dirigidas ao Presidente do Conselho Directivo do IFP, ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego e ao Senhor Ministro da Educação e da Ciência. A petição neste momento conta já com perto de quatro mil assinaturas on-line, e mais de mil recolhidas em papel perfazendo assim o número necessário de assinaturas à sua discussão em plenário da Assembleia da República.

Esta semana, estes formadores que trabalham e vivem em Aveiro receberam uma boa notícia, embora não seja a anulação do concurso. É que na sequência das queixas que alguns deles apresentaram ao Provedor da Justiça relativamente ao referido concurso, foi obtido um parecer da Provedoria de Justiça, que entre outras coisas dá por demonstrada a violação do direito fundamental, a um procedimento de selecção justo em condições de igualdade o que afecta de nulidade as actuações administrativas do concurso.

Para o BE este parecer vem dar razão às queixas apresentadas em relação ao concurso que está a deixar mais de mil formadores externos do IFP a nível nacional no desemprego e sem direito a subsídio de desemprego. As questões que gostaríamos de colocar ao executivo sobre esta matéria são as seguintes: 1 – O executivo tinha conhecimento desta situação? E se considera o executivo que este despedimento de formadores favorece os interesses de Aveiro e dos aveirenses.

Numa nota mais breve e que está relacionada com o fecho de alguns dos serviços dos Correios, de algumas das freguesias da cidade de Aveiro, constatámos que os Correios de Aradas, de São Bernardo e de Eixo estão encerrados e abriram nos mesmos locais lojas comerciais.

O mais caricato desta situação ou o mais ridículo diria eu, é o de Aradas em que o posto dos CTT funciona agora uma loja de roupa! A maior parte delas tem roupa e tem também uma das montras e um balcão com produtos dos CTT e ainda há espaço para os apartados.

Não parece a este executivo que as localidades em que se fecharam os correios estão mais pobres, com menos serviços públicos? O que fez a Câmara para travar este processo de encerramento? E as Juntas de Freguesia? Muito obrigado para já é só.”

Vogal Paulo Marques (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[011](#)

“Boa noite a todos. Eu apenas vou abordar um assunto que veio na imprensa regional e que tem a ver com o turismo do centro. No passado dia 14 de Junho, o turismo do centro debateu o processo e a reforma da adaptação da estrutura ao novo regime jurídico, debateu os estatutos do próprio turismo do centro e nesta notícia, aquilo que eu queria focar é, não o turismo do centro o seu modo de funcionar, a sua estrutura, mas aquilo que foi afirmado pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, que embora reconhecendo as decisões foram tomadas naquela instituição por maioria, admite que fará tudo para que este organismo, mais tarde ou mais cedo aproveitando o novo regime jurídico passe para Coimbra. Não critico a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, obviamente está a defender os interesses dele e da região também de Coimbra, mas parece-me que isto pode ser é um sinal de alerta que devemos ter em consideração. Não podemos deixar que isso aconteça, não podemos permitir que algo que tem o peso que tem em termos locais nacionais deixe de ter a sua Sede na nossa cidade, no nosso concelho e passe por interesses que por vezes passam por determinados loby para outros locais. É apenas um alerta que eu queria deixar, vamos ver o futuro, esperemos que isso não aconteça, mas como lá diz o ditado “não há fumo sem fogo” e cada Câmara obviamente puxa a brasa à sua sardinha. Disse.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[012](#)

“Senhor Presidente, excelentíssima Câmara, caros deputados, quando o nosso colega Paulo Marques disse que ia alicerçar a sua enfiim, preleção numa notícia que tinha sido veiculada, eu até pensava que ia falar daquela coligação do Dr. Élio Maia com o PS, pensava eu. Mas ainda bem que não foi assim, porque isso era de tal forma uma notícia de tal forma mentirosa e que cumpre as páginas de humor do Jornal que publicou, que pensava que era logo para animar a Sessão de início, mas ainda bem que não! Ainda bem que não e que neste caso nem sequer há “fumo sem fogo”. Senhor Presidente, isto é um Período Antes da Ordem do Dia que enchia uma Sessão inteira, mas não é disso que queremos tratar, isto é apenas um apontamento para limpar já essa notícia que enfiim, dá-nos a todos vontade de sorrir e todos sabemos a quem é que interessa. Mas o que interessa é os temas que aqui já foram trazidos e que o Partido Socialista quer sublinhar. Em primeiro lugar esta notícia que não é inocente do desvio da Sede da região de turismo do centro para Coimbra é um problema que nos deve preocupar a todos. Foi uma luta que foi travada aqui há alguns anos, para que a Sede se pudesse manter no actual local onde todos a conhecemos, naquele edifício emblemático no centro da cidade de Aveiro e até estranho que seja o Presidente da Câmara de Coimbra a tomar esta declaração, uma vez que Coimbra tinha problemas institucionais e de integração no actual figurino ou no figurino do turismo do centro do país. E portanto eu gostaria de chamar a atenção da Câmara e das Instituições Regionais, para que este problema não seja um problema. Houve muita gente que lutou, nomeadamente à época, justiça seja feita, alguns militantes do PS, alguns deles com responsabilidades efectivas nessa matéria e que conseguiram e não foram eles sozinhos a fazê-lo, conseguiram que a Sede da Região de Turismo se mantivesse nesse local.

Devemos estar atentos e fazer tudo o que pudermos institucionalmente e oficiosamente, para que não haja um desvio da Sede para Coimbra, porque bem sabemos o que é que nos vão vender “uma sede são quatro paredes, não interessa estar aqui ou estar acolá, o centro do poder é onde nós quisermos”. Bom, isso é tudo conversa a que nós aveirenses estamos habituados e vemos as coisas a ir aos poucos daqui para fora e pouco depois podemos fazer para inverter a situação.

É um apelo que nós fazemos muito forte para que isso não possa acontecer.

Um outro ponto, a questão dos CTT. A questão dos CTT é problemática, bem sabemos que as estações dos CTT estão a fechar por todo o país. Bem sabemos o que é que os cidadãos aveirenses já sentiam pelo fecho das lojas dos CTT, especialmente no centro da cidade. Bem sabemos o que é que os aveirenses vão começar a sentir com o fecho das lojas dos CTT nas freguesias. Aquilo que queremos saber é, o que é que o Senhor Presidente da Câmara fez para que isso não acontecesse? Essa é uma matéria que tem a ver com a coesão social também do nosso município, Muito obrigado.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[013](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, colegas, uma nota apenas breve e muito rápida. Que ficasse devidamente registado um feito excepcional, maravilhoso da nossa equipa de andebol feminino do Alavarium, tem duas nacionais, é importante, não acontece todos os dias e portanto é um apontamento que se calhar passou despercebido a muita gente, mas é digno de registo. E associado a isso também, eu tenho por vezes o hábito de dizer o que me vai no coração, mas digo-o com sinceridade que é para se dizer as coisas. Associado a isso eu quero agradecer ali ao Senhor Presidente da Câmara, porque estive na sessão de homenagem que a Câmara prestou e ao facto da Câmara me ter convidado para a distribuição das distinções aos atletas. Muito obrigado Senhor Presidente, foi uma atitude que eu registei, muito obrigado.

E agora em último caso e referindo-me à intervenção do Senhor deputado Rui Maio. Ó senhor deputado, ninguém concorda realmente com os correios funcionem nas lojas comerciais, mas infelizmente, infelizmente, nalgumas lojas é um mal menor. Se calhar está aí a salvação económica e financeira dessas lojas. Isso não acontece comigo porque tenho a estação central dos correios a 50 metros da minha microempresa, mas se calhasse e se não acontecesse, se calhar eu seria igual aos outros. Muito obrigado.”

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Maria Celina Capão Lourenço França Alves e Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva.)

Vogal Rui Maio (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

“A minha pergunta é muito simples Senhor Presidente, é só para perguntar ao deputado que me antecedeu, efetivamente se não preferia ter uma Estação de Correios abertas, em vez de ter uma loja comercial?”

(Entretanto deu entrada na sala a vogal Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu.)

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[015](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, boa-noite a todos os presentes. Relativamente a este Período de Antes da Ordem do Dia, queria deixar uma nota mais local relacionada com o pórtico do Estádio que continua no mesmo sítio e não se vislumbra qualquer perspectiva de que o mesmo seja retirado. E depois de debatida esta questão já por diversas vezes, depois de algumas tomadas de posição aqui e ali, o certo é que o pórtico lá continua e a promessa feita por alguns deputados de que o mesmo iria ser retirado, não está cumprida e o pórtico lá continua e, portanto, afecta-nos ou continua a afectar aqui particularmente e sobretudo a quem utiliza aquela via com alguma regularidade para promover as suas deslocações. Em termos mais globais e na continuidade daquilo que foi a intervenção que fiz na última Assembleia Municipal, gostaria de deixar uma nota de preocupação óbvia relativamente àquilo que todos os dias podemos assistir em termos de governação nacional.

Eu diria que já ultrapassámos neste momento a fase de podermos estar a divergir desta ou daquela opinião. Aquilo a que assistimos efectivamente, que nos afecta a todos no nosso dia-a-dia é um completo desnorte relativamente às decisões tomadas.

As políticas de tentativa e erro tomadas ou antecipadas, via imprensa ou via outros meios, para avaliar a reacção da população e do povo é e tem sido, uma prática abusivamente utilizada por este Governo.

E como eu disse já nem sequer conseguimos muitas vezes incorrer numa discussão sobre alternativas tomadas, porque o desnorte é enorme. As decisões que hoje são verdade, amanhã são mentira. Os Ministros que saem são substituídos por Ministros que entram e que em nada acrescentam à resolução de questões que aparentemente deviam ter alguma estabilidade e algum rumo.

Esta insistência permanente na mesma receita com certeza que não nos irá trazer nenhum futuro muito risonho a curto prazo. E obviamente que o desnorte do ponto de vista político desta coligação que nos governa, penso que nos terá que fazer pensar se em Setembro ainda poderemos vir aqui à Assembleia Municipal com estas condições e com esta capacidade de discutir alguns temas relevantes para o município. Porque eu acredito, infelizmente, que a situação a nível nacional se irá degradar de forma muito significativa e não podia deixar passar ao lado — e isto tudo com a conivência do Senhor Presidente da República!”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[016](#)

“Senhor Presidente, excelentíssima Câmara, caros colegas, também me sinto indignado. Ouvimos aqui uma senhora de tal maneira indignada que com os nervos não consegui dizer, nem esclarecer aquilo que pretendia.

Ficámos todos sem saber. Mas ficámos a saber que é mais uma pessoa nesta cidade, neste país, indignada com aquilo que lhe acontece. A maior parte dos portugueses sentem-se indignados pelas decisões constantes de governantes incompetentes, sem sentimentos, sem formação moral. Roubam constantemente aqueles que já não tem condições de poder fazer alguma recuperação.

O maior culpado desta situação em que nos encontramos, promulgou hoje o diploma que obriga os funcionários a receber o subsídio de férias em Novembro — alguns infelizmente já não vão conseguir recebê-lo. Outros vão ter que andar a pedir “ao tio, ao tio” para o receber! É indigno. Sentimo-nos indignados quando temos um Presidente da República que já não vê, que não ouve, e não pensa — meus senhores está é mal enterrado!”

Vogal Ana Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[017](#)

“Boa noite a todos, Senhor Presidente. Eu sinto-me indignada particularmente por uma Senhora aparecer aqui, dizer que não gostava de ninguém, que toda a gente a tinha perseguido, quer dizer aquilo que se diz, veio, falou, ou por outra não falou, disse e foi-se e pronto ficámos todos sem saber. Indignada está ela, com certeza cada um de nós terá as suas indignações. Não creio é que o direito à liberdade de vir a uma Assembleia lhe permita chegar aqui e não explicar ao que é que veio, para o que veio, e se precisava da nossa colaboração ou não para resolver algum problema. Tenho que também manifestar o meu desacordo perante isto.

Eu devo lembrar que em relação aos Correios não posso partilhar da mesma opinião do Senhor Fernando Marques — pessoa por quem eu tenho um grande apreço, porquê? Porque faz-me lembrar os tempos em que eu era muito pequenina, muito novinha, em que o meu pai era médico no Alentejo e que esperávamos até às seis da tarde que viesse a ‘carreira’ para chegar à aldeia e entregar o correio numa loja. Loja essa que tinha uma parte de tasca e uma

parte de mercearia, num dos casos o homem até tinha um nome simpático era o Senhor Feliz e nós todos íamos buscar o correio àquela hora.

Ora já passaram algumas décadas e acho que o facto de se fecharem Correios ou de se porem os serviços do Correio a funcionar em locais, sejam lojas de roupa, supermercados ou outras coisas, não dão a dignidade àquilo que o correio ou que os correios estão a fazer.

Isso é a minha opinião que já manifestei aqui e creio que não haverá ninguém que vá discordar que realmente os Correios são necessários e prestam serviço social às pessoas, sobretudo às pessoas mais idosas. Foi uma forma que arranjaram de acabar com um certo número de empregos, se calhar também a Troika nisto também se meteu. Portanto não posso concordar com o fecho das estações de correios porque eu considero que isto é regredir e não progredir.

Eu queria também chamar aqui a atenção para um problema que ultimamente se tem feito sentir nas Repartições de Finanças. Creio que todos já devem ter recebido um papelinho para pagar uma multa de um imposto de circulação de 2009, de 2010, e muitas vezes não se sabe porquê e já não nos lembramos dos automóveis. E isto é tratado nas Finanças que estão cheias de gente que fazem filas até cá fora e chegam a ir às sete da manhã para arranjamem vez para serem atendidos! Portanto também terá sido da Troika que terão feito isto, não sei. Há menos funcionários, não percebo! Eu acho que é um assunto que nós todos devemos ter em consideração e devemos tentar resolver, porque aqueles serviços são serviços públicos mas têm a sua utilidade.

Finalmente só duas palavras sobre o Turismo. Aveiro está cada vez mais a ser um ponto para os turistas cá se dirigirem e poderem usufruir das nossas belezas, da nossa gastronomia e até da nossa simpatia. Creio que havendo a mínima possibilidade de que o Turismo do Centro possa mudar de lugar acho que é altura de todos nos juntarmos e dizermos que não permitimos uma coisa destas. Isso esteja lá o PS, o PSD, o CDS, ou outra força política qualquer, em primeiro lugar temos que defender os interesses da nossa terra que é Aveiro. E o Turismo em Aveiro é essencial e é o futuro desta cidade. Tenho dito.”

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[018](#)

“Boa noite, antes de mais boa noite a todos os presentes. Eu queria antes abordar dois assuntos que eu queria abordar neste Período de Antes da Ordem do Dia, queria fazer uma referência ao desmentido expresso feito pelo Nuno Marques Pereira em relação a um eventual acordo pós eleitoral entre PS e Élio Maia, eventualmente na tentativa de que isto não fosse abordado.

Mas a verdade é que a própria notícia já dizia mais ou menos qual era a ideia. É uma notícia sem fontes não é. Portanto facilmente desmentível. Imagino que o PS deve estar tão indignado que vai prosseguir judicialmente, eventualmente contra os órgãos de comunicação social que vinculam tal mentira. Mas principalmente esta preocupação rápida em desmentir, acho que mostra bem o incómodo e a realidade que isto pode ou não acarretar.

No entanto não vou perder mais tempo com este assunto porque o tempo é escasso. É um assunto interessante, infelizmente não tenho tempo para o abordar.

Entretanto falar dos CTT. Também uma questão bastante interessante para o PS, aliás gostei de ver aqui os deputados que representam o PS condoerem-se com aquilo que é a destruição de um serviço público, sabendo que esta empresa que dá lucro está na calha para ser privatizada, como aliás era algo que já estava previsto no PEC4.

Ora para quem não se recorda, para alguns teóricos socialistas, o PEC4 foi a esquerda que traiu o PS e portanto levou à queda do governo. Ou seja, tinha que ser a esquerda a trair para salvar o PS aceitando a privatização dos CTT para salvar o Governo Sócrates. Obviamente nós não fazemos esse tipo de opções.

Mas ainda sobre os CTT e para vermos como as opções do Governo são em tudo semelhantes, aquilo que são as opções deste Governo. Esta é uma empresa que dá lucro, que reduz o défice e no entanto vai-se avançar para a privatização.

Todas aquelas justificações que nós vemos meramente contabilísticas, muitas vezes são usadas, escondem aquilo que é uma opção ideológica.

Ainda uma nota em relação à greve dos professores. O Governo tentou a ensaiar uma luta entre os alunos e os professores, algo já típico, algo que não é exclusivo deste Governo, “dividir para reinar”, colocar em luta entre as classes mais baixas. Mas aquilo que é a verdade é que, é o Governo que rouba o futuro destes alunos. E basta ver as saídas profissionais para aqueles que querem apostar na sua formação para ter um futuro, para perceber como efectivamente é este governo que está a roubar o futuro aos alunos. E algo mais preocupante que sobressaiu nesta greve foi a tentativa da ilegalização da greve. Ou seja, a ideia que se tentou passar na comunicação social que qualquer greve que tenha alguma repercussão no quotidiano dos portugueses deve ser ilegal! Esse é o objectivo. Portanto acho que aquilo que se está a tentar é voltar aos tempos antes do 25 de Abril.”

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[019](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite a todos. Só queria aqui referenciar dois assuntos, desta vez o Governo acabou de tomar hoje uma posição de antecipar o exame de matemática um dia antes, precisamente para não calhar no dia da greve geral.

Penso que também o poderia ter feito em relação ao exame de português. Adiar um dia para outro seguinte, porque houve realmente bastantes transtornos, houve realmente alunos que ficaram sem poder fazer os seus exames, que até conta para o ensino superior e que muitas vezes irá influenciar de certa forma a carreira dos alunos para o ensino superior e portanto se tomou uma atitude de antecipação no exame de matemática, penso que também o poderia ter feito com o exame de português. Mas pronto foi uma forma airosa agora que o Governo sair realmente desta situação e até me congratulo com esta medida tomada há bem pouco tempo.

Outra situação que também já aqui foi referida, mas já agora queria acentuar, é que realmente a Senhora que veio aqui, veio cá fazer esta intervenção nada explicou, nada disse e apenas insultou tudo e todos. Portanto peço à Mesa que para uma próxima vez se informe realmente melhor do que é que as pessoas vem aqui fazer, o que é que o público vem aqui discutir, e qual é o assunto que vem apresentar e realmente fazer uma triagem sobre os assuntos que têm interesse ou não serem ouvidos por toda esta Assembleia. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[020](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite a todos. Eu trazia também dois assuntos que me preocupam, entre muitos outros obviamente que nos preocupam como hoje em dia relativamente à situação do nosso país. Mas que tem alguma relação com este fórum. E têm ambas a ver com o novo Ministro Poiares Maduro que é uma tentativa de virar de página, uma página que eu considero relativamente negra, relativamente à pasta que está relacionada com os municípios e que deixou sequelas que infelizmente algumas delas são irreparáveis, algumas por irresponsabilidade da bancada do PSD, nomeadamente a reorganização das freguesias, mas não é especificamente esse assunto.

Portanto uma delas tem a ver com a declaração da inconstitucionalidade das normas do Estatuto das Comunidades Intermunicipais. Portanto, foi declarado inconstitucional todas as normas e, portanto, neste momento, temos um problema no país.

Eu sou daqueles que acredita que uma organização estratégica fundamentada, fundada das regiões das cidades tem efectivamente um grande impacto no desenvolvimento das comunidades e logo do desenvolvimento das pessoas e da sua qualidade de vida. A economia das cidades, das regiões, etc., e a forma como elas se organizam.

Portanto esta matéria é uma matéria que está em aberto, é absolutamente fundamental e não se percebe muito bem como é que neste momento vai ser atacada, portanto isso preocupa-me. Outra questão que me preocupa também é o envolvimento dos municípios no debate sobre as novas prioridades para o quadro comunitário que se segue.

Eu vi hoje declarações do Presidente da Associação Nacional de Municípios, que me deixaram um pouco preocupado, porque entre as prioridades que elencou (eu compreendo que a Associação Nacional de Municípios pela sua diversidade, sensibilidades, etc., seja um bocado difícil fazer ali a quadratura do círculo), de todas as preocupações, da lista de prioridades, pareceu-me um bocado mais do mesmo e que acrescenta pouco. Quer dizer algumas delas obviamente eu concordo em absoluto, reabilitação urbana, etc., essas questões. Mas não ouvi uma palavra sobre Educação. A Economia foi desvalorizada, a transferência de tecnologia, são um conjunto de coisas que são absolutamente fundamentais para tirar o país de onde ele está. Donde, estando nós em período pré-eleitoral, mas o país não pára e estas decisões são fundamentais.

Eu volto a fazer um apelo para que nós como comunidade aveirense também participemos destes debates.

Eu não sei se há alguma forma de o fazer em conjunto de forma descomprometida. Mas acho que são debates que nós não devemos estar fora deles. E portanto, não com certeza com uma opinião formada, é difícil a todos chegarmos a eles, mas deixava este apelo. São duas questões fundamentais: a Organização Administrativa do Estado no Plano Regional Autárquico e a questão das prioridades do QREN. E é urgente nós em Aveiro também envolvermo-nos nesse debate e participarmos nesse debate a nível nacional, porque Aveiro é fundamental nesse processo e porque nós todos também desejamos o melhor no desenvolvimento das nossas comunidades. E para já, disse.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[021](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Gostaria também de poder neste Período de Antes da Ordem do Dia dizer que realmente vemos com alguma preocupação o que se passou nesta segunda-feira, com a tensão social que se criou entre o Governo e entre uma classe profissional e por isso a reflexão que fazemos é que realmente é necessário que realmente haja consenso, haja acordo e haja sentido de estado.

Quando se chega a extremos é porque nenhuma das partes se calhar tem o total da razão e por isso há que encontrar realmente formas de que realmente nós possamos encontrar mínimos de denominadores comuns para que nós possamos continuar a fazer o caminho do progresso que Portugal tem feito nestes últimos tempos.

E por isso aquilo que nós esperamos enquanto bancada do PSD é que seja realmente este episódio, seja realmente um episódio para nos lembrar do que é que não se pode fazer e isso tem que nos lembrar a todos que não se pode repetir esta cena de que realmente as pessoas, principalmente os mais jovens não façam os seus exames, porque há algumas medidas que estão a ser tomadas e que algumas classes profissionais não estão de acordo.

Há formas de se resolver isso, tenho a certeza que há formas de se resolver isso, há formas, todos nós temos que ter esse sentido, de que temos que contribuir para que este país possa realmente ser melhor. E por isso era esta a reflexão que aqui queria trazer neste Período de Antes da Ordem do Dia em representação do PSD. Muito obrigado.”

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal⁰²² foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Comunicação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²³

“A Comunicação foi apresentada oportunamente, ficamos ao dispor para questões que queiram, que julguem pertinentes colocar. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰²⁴

Vogal Rui Maio (BE)⁰²⁵

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²⁶

Vogal Francisco Picado (PS)⁰²⁷

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰²⁸

Vogal Romana Fragateiro (PS)⁰²⁹

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁰

“Boa noite, eu gostaria nesta primeira fase de focar essencialmente três aspectos nesta Comunicação. A primeira é para de certa maneira enaltecer o texto literário que aqui é apresentado mormente no Ponto do dia do município, acho que está muito bem escrito e de certa maneira ultrapassa em muito o âmbito do próprio dia do município, pois aqui é feito como que uma visão global do que se fez até à data. Está muito bem escrito e portanto até ao contrário do que é normal neste tipo de Comunicações, acho que de facto lhe confere algum sabor literário que me agradou bastante ler.

Mas também tem aqui assim algumas questões que eu gostaria de ver desenvolvidas e que me parece que foram abordadas um bocadinho pela rama, sobretudo quando estamos em final de mandato e precisaríamos de ter mais esclarecimentos para todos nós podermos fazer os nossos juízos de valor e podermos apreciar melhor aquilo que efectivamente está lá. Aquilo que está feito por exemplo relativamente ao universo empresarial municipal. Eu estava à espera que o município viesse dizer qual era o ponto da situação, porque temos a necessidade de cumprir com a legislação que impõe metas, impõe calendários rigorosos, para a integração ou para o destino a dar às empresas do universo municipal — e aqui não vem nada disso. Aqui não é dito rigorosamente nada! E eu lamento, que de facto, essa matéria da maior importância, tenha sido deixada em claro.

Há também aqui uma questão que têm a ver com os investimentos e têm a ver com a obra e tem a ver com a execução orçamental, que eu acho que é, acho que menos do que isto, mais valia não dizer nada, sinceramente.

Porque impunha-se que houvesse um desenvolvimento sério destas rubricas. Por exemplo, os investimentos que se falam aqui são os investimentos realizados e nomeadamente os aprovados, foram aprovados neste período a que se reporta a Comunicação? Ou foram aprovados no dia 1 de Janeiro até ao dia 31 de Março? Ou hoje estamos a falar de investimentos que foram aprovados neste mandato? Estamos a falar de que período concreto? Coisa que o Relatório se repararem não diz nada, é omissa quanto a isso.

E portanto toda a outra informação também é. Por exemplo quando nos apresenta o Balanço com o resultado líquido de cinco milhões, eu sou levado a crer, apesar de o Relatório nada dizer relativamente a isso, eu sou levado a crer, até pelo histórico dos balanços da Câmara Municipal, que se calhar não foram aqui incorporadas as Amortizações do Exercício!?

Quer dizer se calhar não foram! Porque não acho muito crível perante as receitas cobradas, perante as despesas realizadas, não tendo qualquer informação sobre custos e proveitos, que em 31 de Maio a Câmara apareça aqui com um resultado superior a cinco milhões de lucro!? Portanto acho que a Câmara deve-nos uma explicação sobre aquilo que efectivamente traduz este valor superior a cinco milhões.

E por último, para não ser também exaustivo, gostaria que a Câmara se referisse ao cumprimento dos regulamentos municipais que aprovámos aqui de empreitada no ano passado.

Portanto houve aqui alguns Regulamentos, alguns até foram a primeira vez que eles vieram à praça pública como regulamento da gestão dos canais, e outros que têm grandes implicações ao nível do turismo local, que eu achava da maior importância que a Câmara fizesse uma abordagem sobre o impacto da aplicação destes regulamentos na vida do município e nomeadamente ao nível do desenvolvimento do turismo ou do desenvolvimento económico e social, e que impactos é que isso trouxe? Isso foi positivo? Já vai algum tempo que nos permita tirar algumas ilações relativamente àquilo que foi aprovado. Haverá coisas a merecer correcção? Portanto era sobre estas questões que eu queria pedir ao Senhor Presidente da Câmara e ao executivo o favor de nos esclarecer. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[031](#)

“Estou admirado hoje de ouvir o meu amigo Olinto Ravara como ouvi e eu queria perguntar, daquilo que nós temos vindo a ouvir através dos tempos, destes últimos tempos, os elogios às Comunicações do Senhor Presidente, se calhar desta vez o Senhor Presidente não escreveu aquilo que tinham que dizer aqui, eu queria perguntar ao meu amigo Olinto Ravara se se divorciou da Câmara?”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[032](#)

“Eu nunca estive “casado” com a Câmara que me conste!?! Agora uma coisa que eu nunca deixei de ser foi um cidadão de Aveiro, consciente, e bastante atento àquilo que se passa no nosso município. Muito obrigado.”

Vogal Paulo de Jesus (PS)[033](#)

Vogal Elisabete Krithinas (PPD/PSD)[034](#)

Vogal João Barbosa (PS)[035](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS)[036](#)

Vogal Susana esteves (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[037](#)

“Boa noite. Em relação à Comunicação Escrita do Senhor Presidente, eu devo dizer que vejo nela uma coisa que há algum tempo não via com bons olhos, que é uma linha condutora.

Eu por vezes queixava-me disso não acontecer e de facto nesta vê-se e vê-se também algum balanço de actividades embora tenha muitas considerações subjectivas. Seja já a lembrar um discurso de despedida de certa forma até me lembra um discurso que foi proferido no dia 12 de Maio de 2005 pelo anterior Presidente.

Mas de facto há uma coisa nova que é uma linha condutora e isso é positivo. São feitas também algumas considerações a respeito da questão da agregação das freguesias. É que eu acho que são se calhar tomadas de posição fáceis e de certa forma também um pouco

populistas, Aveiro não é o único município do país que tem este problema da redução. Muitos, muitos municípios têm e tiveram redução muito superior e as pessoas lidaram com as coisas sem estes dramas.

Também a respeito da questão do reforço da marca Aveiro que vem focado na Comunicação e que me parece bem e também a propósito daquilo que já aqui se falou, com relação à possibilidade da Sede do Turismo do Centro, de acordo com o desejo de Coimbra e de Ourém, mudarem para os respectivos municípios. Eu penso que de facto Aveiro também devia apostar mais nesta integração com a marca Ria de Aveiro.

Em primeiro lugar que é um argumento que reforça até o facto de a Sede da Turismo do Centro poder ficar em Aveiro.

Ainda bem recentemente o Turismo do Centro foi o destino convidado na BTL, pela primeira vez e a marca Ria de Aveiro teve um destaque fortíssimo no âmbito dessa promoção turística. Até por causa daqueles novecentos mil euros que a região de Aveiro arranhou para promover os nossos atrativos turísticos e os nossos produtos turísticos.

E portanto julgo que isso pode ser um argumento positivo nesse sentido, porque outros pólos turísticos, outros pólos de marca turística, creio que esta é a designação oficial, não conseguiram ter este destaque promocional, de certa forma porque também não conseguiram encontrar verbas para financiar um leque de actividades. E isso é uma mais-valia, apesar de nós termos obviamente uma menos valia, que tem a ver com a Associação que nós temos e eu aí obviamente estarei de certa forma isolada em relação a uma grande parte das pessoas desta Assembleia inclusive até em relação ao meu partido, que tem a ver com a questão da taxa turística, porque isso é uma menos valia.

Uma outra questão que eu queria colocar é em relação ao PDM. O PDM vem abordado aqui. É um documento de instrumento importantíssimo.

O Eng.º Carlos Santos tinha falado que ele viria aqui à partida no final do ano anterior — acabou por não vir. É agora mencionado e eu só gostaria de saber melhor o ponto da situação desta questão.

Uma outra questão que me despertou a atenção, é apenas uma palavra, mas é estranha, refere-se ao Plano de Urbanização do Parque Desportivo de Aveiro!? Em que a Divisão de Planeamento diz que tem colaborado na análise do Plano!? Eu não percebo isto. Julgo eu que os Planos de Urbanização são das Câmaras Municipais, não há empresas sejam elas mistas ou não mistas, acho eu, que façam isto. Portanto não percebo porque é que a Divisão de Planeamento tem colaborado e a Câmara não diz o que tem feito — também gostava de um esclarecimento.

Depois em relação àquela questão que o PCP colocou da questão dos transportes em Nariz. De facto eu gostaria de confirmar e chamar a atenção para isto, embora a estrada tenha recebido recentemente melhorias importantes, de facto trata-se de uma população envelhecida e que se sentem muitas queixas com relação à questão dos transportes, que continuam a constar nos horários, as paragens e os horários e que não são cumpridos.

Não me tenho apercebido de outras situações destas noutras linhas, mas de facto nesta nota-se e nota-se um transtorno grande.”

Vogal Celina França (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[038](#)

“Boa noite Senhor Presidente, boa noite excelentíssima Câmara e caros deputados. Olhando mais uma vez para esta Comunicação Escrita do Presidente à semelhança de outras anteriores, aquilo que eu noto, ainda que a deputada que me antecedeu, tivesse encontrado aqui maior objectividade, eu continuo a não encontrar grande objectividade nesta Comunicação e encontrar sim uma série e generalidades e um misto daquilo que se gostaria de ter feito ou gostaria de fazer e muito menos daquilo que efectivamente se fez.

Mas tentando olhar em detalhe para a Comunicação, que no fundo penso que pretenderia espelhar as actividades envolvidas nestes últimos três meses, aquilo que eu verifico, e a começar logo na página 14 pelo título “Aveiro Comunidade Inclusiva” é o reportar de um conjunto de actividades que foram desenvolvidas, veja-se bem, antes deste mandato! Desde 2008 a 2012! E refere-se a Comunicação ao trabalho desenvolvido pelas Florinhas do Vouga numa área muito específica que é o trabalho com pessoas com consumos de substâncias licitas e ilícitas e que praticam os seus consumos em contextos públicos e portanto o trabalho das Florinhas do Vouga intervém junto dessas pessoas, que põem em risco a sua própria saúde e podem pôr em risco a saúde pública.

E portanto têm um trabalho muito específico que dá algum contributo para a inclusão dessas pessoas, na medida em que este trabalha para as aproximar do tratamento e que este lhes proporciona alguma melhoria nas suas condições de vida, mas provavelmente não esgota todo, não pode esgotar a inclusão dos cidadãos de Aveiro. Não é só através deste projecto que se trabalha a inclusão e portanto fico pasmada, como é que se denomina e se pretende intitular Aveiro Comunidade inclusiva, apenas com um trabalho de uma instituição deste concelho, que não estou a retirar o valor a este trabalho, porque ele é muito importante, simplesmente eu acho que é muito pouco uma intervenção destas, para justificar este título tão pomposo e seria desejável que de facto Aveiro fosse uma comunidade inclusiva. Além do mais do período temporal que já lá vão, (terminou em 2008) esquece-se a Câmara de dizer por acaso, devido à atenção de diversas entidades do município, hoje trabalha, por acaso até está no terreno e está a continuar. E outra coisa que não diz e que seria muito importante que dissesse, aliás eu já uma vez fiz aqui este apelo, era que a Câmara dissesse a todos os aveirenses, através da sua Assembleia Municipal, que prestasse verdadeiramente contas e esse prestar de contas seria dizer nomeadamente qual é o contributo financeiro ou técnico ou os dois que dá nomeadamente este projecto e a todos os outros projectos, porque só assim é que nós podemos avaliar de facto em que é que o nosso dinheiro, o dinheiro dos cidadãos aveirenses é aplicado nas suas políticas sociais. E mais uma vez a Comunicação não espelha isso, aliás eu já sugeri em devido tempo que se elencasse e isto sim era um trabalho, um prestar de contas com objectividade, que se elencasse as diversas entidades que prestam, que trabalham na acção social e que se elencasse os respectivos apoios financeiros dados a todas as entidades. Isso sim, é que era um bom prestar de contas no meu modesto entender! Depois relacionado com esta questão do trabalho das Florinhas do Vouga relacionado com esta população, fala-se aqui de facto dos sem-abrigo, mas nada se diz daquilo que se deveria ter feito e não se fez, no sentido de proporcionar a estas pessoas que infelizmente não têm condições de habitabilidade e que continuam a permanecer na rua e apesar deste esforço durante estes cinco anos, a caminho de seis, deste trabalho, mesmo assim continuamos a ter concidadãos a dormirem sem tecto e sem condições com o mínimo de dignidade.

E também nada se diz, daquilo que se deveria ter feito e não se fez e qual é o ponto da situação em relação a este? Continuando nós em Aveiro com prédios completamente abandonados, em estado de degradação avançada e põem em causa inclusivamente a saúde pública e outros deputados já trouxeram aqui à coação desta Assembleia Municipal por exemplo o prédio no Canal de São Roque continua lá, completamente devassado e alvo de risco.

O ex-Centro de Saúde Mental de São Bernardo continua naquelas instalações miseráveis e degradantes e nada se faz e mais uma vez a Comunicação do Presidente nada nos diz sobre este aspecto da habitação para estas pessoas sem-abrigo e depois no aspecto da habitação social, como alguns deputados já aqui referiram, nomeadamente a minha colega de bancada Ana Maria Seíça Neves, quando fala aqui da questão da habitação social, de facto é muito pouco alojarmos cinco famílias. Bom se o alojamento destas cinco famílias for no período de três meses, ainda enfim é admissível, agora como há aqui um misto nesta Comunicação de actividades de há cinco anos atrás, com actividades dos três meses, eu fico sem perceber de

facto qual é o horizonte temporal para cada um. E de facto insisto nesta questão que é extremamente importante e estou a ver que será esta a última Sessão de Assembleia Municipal deste mandato e mais uma vez chegamos ao final do mandato, sem o município conseguir prestar contas de como é que gasta os dinheiros do erário público, nomeadamente na questão da acção social. E fico por aqui.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰³⁹

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁴⁰

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴¹

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Depois de ouvir alguns dos Srs. Deputados da bancada do PSD quase que me inibo, mas é só quase, de fazer oposição a este Executivo, porque, de facto, o tipo de discurso que nós aqui ouvimos hoje, por parte da bancada do Partido Social Democrata, que está nos antípodas daquilo que temos vindo a ouvir ao longo deste quase últimos oito anos. E esta inversão de cento e oitenta graus no discurso político do Partido Social Democrata induz aquilo que já tenho repetido, algumas vezes, e que quero voltar a fazê-lo. O PSD não é um partido de confiança. Não é no Governo e também não é em Aveiro. Ouvi aqui dizer que é um drama a redução de freguesias no nosso Município. Quero recordar a todos o processo absolutamente lamentável conduzido pelo PSD, nas costas dos cidadãos e nas costas dos partidos desta Assembleia, na proposta que aqui trouxe para reduzir as freguesias em Aveiro. Foi um processo absolutamente lamentável. É, de facto, uma má decisão produzida por consequência de uma má lei que foi protagonizada por um péssimo Governo. Em Aveiro o problema em relação às freguesias não é dramático, é mau, mas há dramas muito maiores por esses municípios fora e que deram brado, não só na comunicação social, mas que fizeram fissuras em algumas comunidades que estavam perfeitamente sedimentadas em muitos concelhos de Portugal. Eu quero dizer que o PS entende que as catorze freguesias e as catorze comunidades que correspondem a essas circunscrições são as freguesias pelas quais esta Assembleia se devia ter batido. Eu espero que com o PS no Governo e com o Executivo do Partido Socialista em Aveiro tudo faremos para que haja uma inversão desta péssima decisão. Depois há a questão financeira, a execução orçamental, há a reclamação de estudos, há a reclamação de informação sobre o impacto das medidas deste Executivo questionadas pelo PSD, coisa que tantas vezes nós aqui fizemos e que o Executivo fez ouvidos de mercador. O PSD dizia: “não, as decisões são bem tomadas”. Mais ou menos isto: “as decisões são bem tomadas”. Ainda na penúltima Assembleia Municipal aqui foi dito isso, que era um ‘achómetro’: “Nós achamos que sim”. Isto foi defendido por V. Exas. Hoje reclamam os estudos, as informações, reclama o rigor, querem saber o problema dos cinco milhões, se as amortizações integram ou não os documentos da Câmara. Oh Srs. Deputados. Tivessem feito isso durante os oito anos, não é agora nas vésperas das eleições, quando, ainda por cima, o candidato que V. Exas. apoiam tem o topete de propor a reorganização financeira da Câmara. É lamentável que V. Exas. sejam, de facto, invertebrados políticos. Essa é a palavra certa. São invertebrados políticos. Não pode ser. O PSD não se mostra um Partido de confiança. Quero dizer também que o Partido Socialista propôs, no âmbito da Câmara Municipal, na última reunião de Câmara, o pedido o pedido de suspensão da taxa turística referente aos hoteleiros até ao fim do ano. Ainda há muito problemas, já houve imensos avanços e recuos, estamos em vésperas de eleições. Do ponto de vista da receita ela não é absolutamente relevante para a Câmara Municipal. Em face de todas as confusões que têm vindo a público e que são conhecidas nós apelávamos, novamente, ao Executivo, para que pudesse suspender a cobrança da taxa turística aos hoteleiros para se debelarem todos os problemas. Quero dizer também que o Partido Socialista em relação à taxa turística aplicada aos passeios dos moliceiros, o PS é a favor. Apenas e sempre se demonstrou contra a forma de aplicação dessa taxa, entendendo que essas empresas devem contribuir, com parte

da receita do seu negócio para a sustentação dos canais urbanos e com o espaço público envolvente. Queria fazer uma outra referência à questão do Plano Diretor Municipal. O PS, nesta Assembleia, também na Câmara, tem feito sempre e demonstrada essa preocupação. Na anterior comunicação do Presidente havia uma total ausência de informação, nesta comunicação há, apenas, uma página sobre essa questão e ela não é, está longe de ser, suficientemente informativa, até é um pouco redonda na forma como é apresentada. Onde, por exemplo, se lê, no que se refere ao regulamento do dito PDM, a sua elaboração tem sido sistemática e cruzada com o desenvolvimento das peças desenhadas. Bem... tem que ser assim, mas a gente não sabe quais são as peças desenhadas, não sabemos qual é o projeto do regulamento. Impor-se-ia fazer-se, de facto, nesta Assembleia, um ponto dedicado só a isto onde todos pudéssemos saber qual o estado da arte deste processo que já tem uns anos de revisão já muito grandes, desde dois mil e quatro ou dois mil e cinco, julgo eu. Portanto, seria importante porque é um documento absolutamente para o nosso futuro coletivo que pudesse ser dado a conhecer a amplitude dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos.

Queria fazer uma outra referência ao Orçamento Participativo, tem aqui meia dúzia de linhas, mas há duas perguntas que se levantam. A primeira é porque é que não foi feita, aqui na Assembleia Municipal, uma prestação de contas do processo de dois mil e treze?

A segunda: que montante, quanto, que dinheiro, é que se prevê para o Orçamento Participativo de dois mil e catorze?

Nós sabemos que o Orçamento Participativo de dois mil e treze teve muitos problemas, foi muito pouco participado. Foi um processo que não teve a assunção política deste Executivo como devia ter tido, e apenas foi inscrito como uma metodologia para se dizer que se fez. Não foi uma aposta, tanto é que desafio este Executivo Municipal, ainda em funções, a dizer-nos quantas pessoas estiveram na Assembleia Participativa de Cacia e de Eixo. Quantas, Sr. Presidente?

Quero também fazer uma outra referência em relação às BUGA. As BUGA, de facto, é uma tristeza que todos podemos constatar. Este Executivo abandonou as BUGA. Mas dito em bom rigor houve duas medidas que foram implementadas nas BUGA. Uma foi pintá-las, a outra, oito anos depois, foi fazer um seminário sobre o método de gestão das BUGA. Não pode ser. Foi um abandono total e completo. O parque das BUGA está absolutamente decrépito e não fosse o zelo dum funcionário de exceção, que é o Sr. Alcino, e elas seguramente já tinham desaparecido e já não estariam em funcionamento.

Por último que não em último. Dizer-se que o Teatro Aveirense está com um grande “elan” em termos de programação. Eu nem sei como classificar porque foi feito para lá um programa de festas até às eleições que ninguém percebe de onde vem o dinheiro, quem paga, como é que é feita a associação entre o Teatro Aveirense com a Aveiro Expo, se tem um programa educacional, se vai haver uma proposta de continuidade para lá das eleições porque o Teatro é uma infraestrutura emblemática de Aveiro e da Região que deve ter a sua programação feita sem estar dependente dos círculos eleitorais, de que forma é que foi e que esforço é que foi encetado para que pudesse funcionar em rede com as infraestruturas culturais da região. Isso é que seria importante saber. Agora, o programa festeiro que está introduzido no Teatro Aveirense para ganhar votos e delapidar recursos públicos, isso o PS é contra. Disse.”

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁴²

“Senhor Presidente para defesa da honra. Queria chamar atenção do senhor deputado Marques Pereira que, quando quiser citar alguém, pois que o faça corretamente. Eu não disse “que era um drama”. Eu disse “que não era drama nenhum”. Não foi para os 380 municípios que tiveram de reduzir inúmeras freguesias — tudo se está a resolver. O que eu aqui chamei o alerta é para com posições confortáveis e populistas de falar destas coisas em vésperas de eleições. E essa defesa que o senhor aqui fez mais parece sei lá o quê. Acusa os

outros de estarem a tomar posições com base nas questões eleitorais, mas vocês parecem estar numa pré-coligação — não se percebe muito bem!

Esta é uma questão. Outra questão é, para minha surpresa, essa questão que falou da taxa dos moliceiros!? Porque o senhor disse que já disse aqui antes, mas olhe que é a primeira vez que eu o ouvi dizer uma coisa dessas! A primeira vez!”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁴³

“Senhor Presidente quero responder para ter oportunidade de esclarecer a deputada Susana Esteves. De facto a senhora deputada tem estado desatenta. Vou esclarecer, porque eu entendo que não ofendi a honra de ninguém e portanto passo a esclarecer os pontos que foram suscitados pela senhora deputada.

E para isso queria começar por dizer o seguinte: em primeiro lugar, a senhora deputada está desatenta!? E queria chamá-la à atenção das posições do partido socialista (sucessivas), não só nos órgãos autárquicos como também na comunicação social atendendo ao facto da Taxa Turística aplicada aos hoteleiros nós sempre entendermos ser absolutamente desajustada e em relação ao moliceiros nós entendermos que o método de aplicação da taxa é desacuado.

E dissemos isso reiteradamente em várias posições. A senhora deputada fará o favor de fazer o trabalho de casa, não serei eu que o farei pela senhora deputada.

Em relação à questão do drama. Ó senhora deputada para mim não é drama nenhum. Porque o PS em Aveiro desde logo em Aveiro teve as suas posições muito coerentes. A senhora deputada é que se devia ressentir de se ter posicionado em relação a esta matéria, porque de facto é dramático a forma como o PSD aqui apresentou a proposta de reforma e reorganização das freguesias para o município de Aveiro — absolutamente desajustado e sendo conivente com uma péssima lei sobre a qual o PSD se deveria ter mostrado contra. Aliás, como este executivo municipal por unanimidade decidiu votar e expressar-se contra ela.

Portanto, eu só tenho de lamentar a indignação da senhora deputada porque eu acho que ela está mal direcionada. Não deveria ser para este “drama” que apresentei aqui, deveria ser para a conduta do Partido que a senhora deputada aqui representa.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁴

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Já me tinham dito, ou disseram há bocadinho porque eu não estive cá no início, que nesta Assembleia já houve intervenções incompreensíveis. Acabámos de ter aqui um exemplo de alguns que acabaram de ver moinhos de vento imaginários. Só na sua imaginação alguém pode, a propósito da comunicação do Sr. Presidente da Câmara, virar-se contra o Partido Social-Democrata nos moldes em que foi feito pelo representante do Partido Socialista que acabámos de ouvir e que falou em nome de toda a bancada porque foi o último a fazer a intervenção da bancada.

Aquilo que nos traz aqui não é falar do Partido Socialista, nem daquilo que, neste momento, o Partido Socialista pensa do PSD, parece que anda muito preocupado connosco, mas nós estamos é preocupados com o Município de Aveiro e é sobre isso que nós continuamos a falar nesta Assembleia.

A primeira referência vai para a conclusão da primeira obra do Parque da Sustentabilidade. Foi com muita alegria que estivemos presentes na inauguração da Junta de Freguesia da Glória e de todo o envolvimento da comunidade que se pôde verificar. Realmente, estão ali umas excelentes instalações e que espero que sejam o princípio de um conjunto de outros melhoramentos que eu ainda não conheço mas que dá para ir espreitando, parece-me que estão a funcionar muito bem. Nós sempre dissemos que acreditávamos muito neste projeto do Parque da Sustentabilidade.

Tenho pena que, do meu ponto de vista, duas das peças fundamentais não se venham a construir. Sei que uma das pontes não se vai construir, a outra consta-se que não se vai construir. Por isso queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se esses rumores sempre são verdade ou não, porque, para mim, é uma pena que realmente as pontes não se façam. Assim que se faça, pelo menos, a ponte a ligar os dois parques, já que me parece que seria muito importante para todo o conjunto. Mesmo assim é de referir todo este conjunto de obras que se estão a fazer e que foram planeadas em devido tempo.

Também uma referência, seguindo na linha daquilo que foi dito pelo nosso colega do CDS-PP quanto aos parques de estacionamento e quanto à recomendação desta Assembleia Municipal. Esta Assembleia Municipal recomendou à Câmara Municipal que fosse cancelado ou que fosse anulado o concurso para a concessão dos parques de estacionamento. Aquilo que eu perguntava à Câmara é quando. Quando? Quando é que a Câmara fará a anulação desse concurso? A outra questão, como sabem, já várias vezes tenho referido nesta Assembleia, costumo fazer uns gráficos da evolução do passivo da Câmara Municipal de Aveiro. Aquilo que tenho notado é que o passivo, ao contrário daquilo que nós temos verificado durante todos estes anos e que eu tenho referido, agora que há um conjunto avultado de somas que começam a aparecer numa rubrica que faz parte do total do passivo e que se chama acréscimos e diferimentos. Isso está a acontecer nesta comunicação do Sr. Presidente da Câmara, com sessenta e três milhões de euros, e aconteceu também na comunicação de Abril também com valores da ordem dos quase cinquenta e seis milhões de euros. E não tinha acontecido até aqui. Por isso, aquilo que eu gostava de perceber era porque razão estes montantes avultados aparecem aqui, são considerados como passivo, não são considerados como dívidas a terceiros, nem de médio, nem de longo, nem de curto prazo. Eram estas as questões que gostaria de colocar. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereadora Teresa Christo:⁰⁴⁵

“Muito boa noite a todos. Excelentíssima Mesa da Assembleia Municipal, excelentíssimos Senhores deputados municipais, caros colegas do executivo, excelentíssimo público, comunicação social.

Bom, de facto recentemente conseguimos verificar a existência de novos lares em Aveiro, assim como novas creches, novos centros de dia e novos centros de apoio domiciliário.

Como é que a Câmara Municipal de Aveiro apoia? Apoiando a construção, monetariamente, podemos ver isso espelhado na contas da Câmara Municipal, apoia também ao funcionamento, coordena pela autarquia o trabalho em rede para a optimização dos recursos existentes, articulando, apoiando, participando, disseminando, dinamizando e divulgando um trabalho sempre de proximidade, ajuda com projectos de especialidade, licenciamentos, facilita processos de obra, cria condições.

Coordena o colectivo na tomada das decisões sobre as valências a desenvolver, num trabalho muito estreito em rede, através do seu concelho local de acção social e da nossa rede social, com instituições que mantém relação de grande proximidade e de cooperação.

Trabalhamos em conjunto e como devem saber com essas instituições que fizeram parte da construção do diagnóstico social do nosso concelho, que se reflectiu (e já não é a primeira vez que eu digo isto) no Plano Social de Desenvolvimento do nosso concelho, o que é que isso significa? Significa que a Câmara Municipal não faz folclore! De facto as actividades que promove vêm de ao encontro das necessidades que foram diagnosticadas e foram diagnosticadas pelos nossos parceiros. Gostaria de deixar isto claro.

O nosso trabalho é de facto silencioso, é discreto, mas fazemos muito mais, trabalhamos nos mais variados eixos de intervenção, sempre com muita atenção, e com muita preocupação. A acção social tem como objectivo principal, garantir a protecção, integração social dos cidadãos, através de mecanismos que possam assegurar o apoio e protecção às pessoas e

grupos mais desfavorecidos na sociedade de forma a melhorar as condições de vida dos mesmos. Apoia socialmente e psicologicamente, otimiza parcerias (já referi), consolida as redes sociais (também já referi), evitando a sobreposição de apoios e iniciativas no território. A Acção Social Municipal desenvolve-se através do enquadramento das diversas políticas sociais e da implementação de projectos municipais que se dirigem a estes grupos de cidadãos, em nove áreas. Rede social que a Câmara é responsável por desenvolver; Comissão e Protecção de Crianças e Jovens; Plano de Acção para Idosos, com iniciativas como campanhas do projecto RAF, como por exemplo a recolhas de livros e outros bens que têm sido distribuídos pelas instituições. Espero que saibam, também o gabinete de apoio ao emprego e ao imigrante e também a intervenção junto de grupos de risco, também o apoio psicossocial, que já referi atrás. Apoiamos ainda as instituições sempre que nos é solicitado e sempre conseguimos naturalmente responder.

Temos o banco de voluntariado de Aveiro que conta neste momento com 240 activos, portanto cidadãos voluntários de Aveiro que encaminhamos para as solicitações que nos são chegadas pelas instituições. É a Câmara Municipal que articula este trabalho e colabora naturalmente com todas as áreas de intervenção do nosso município.

Isto tudo no combate naturalmente à pobreza, à exclusão social, promovendo a inclusão e a coesão social. Garante também uma maior eficácia e uma maior cobertura na organização de um conjunto de respostas de equipamentos sociais do nosso concelho, assim como por exemplo as vagas. Recordo por exemplo o Presidente da Junta de Eiroal, ajudando-me se faz favor aqui neste ponto, ele por exemplo também tem uma instituição belíssima, nova, que não tem crianças e que por exemplo as freguesias do centro do nosso concelho estão com as listas cheias e tentámos ao máximo maximizar os recursos de forma a que possamos servir todo o concelho, dando a conhecer por exemplo as vagas que existem por exemplo em Eiroal, que não estão a ser ocupadas. É um exemplo simples daquilo que nós fazemos. É tão simples, mas que faz grande sentido.

Muito bem, dizer também que todo o trabalho que nós desenvolvemos em rede é composto ou melhor é realizado em conjunto com as 106 entidades que fazem parte do Conselho Local de Acção Social e a elas temos que tirar uma palavra de reconhecimento, de facto efectivo, porque este trabalho novamente silencioso e desprezado de folclore é muitíssimo rico, muitíssimo importante e serve a população que hoje como sabemos tem imensas dificuldades e se não fossem estas instituições, se não fossem estes grupos, a situação seria claramente pior.

Sobre os Mercados e no que se prende a questão da atracção turística. Muito bem, a crítica é muito válida e aceito-a completamente no que diz respeito à minha pessoa enquanto Vereadora responsável por este pelouro. Realmente não sou bestial, não sou uma expert na área, mas penso que tenho dado o meu contributo da melhor forma que consigo e que sei, com alguma criatividade. E se o senhor deputado não conhece de facto a actividade que tem sido realizada nos mercados tenho pena, mas de facto há umas actividades engraçadíssimas que têm sido realizadas como workshops, feiras, festivais, como por exemplo o festival dos ovos-moles e das enguias que vai ser realizado pelo 3.º ano consecutivo, entre outros, mercados biológicos, que têm atraído aos poucos mais pessoas, mais compradores, aos mercados e isso tem-se reflectido, não sei se directamente nas vendas dos mercados, mas na frequência dos mesmos mercados de certeza absoluta.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz lançou aqui umas achas à fogueira, eu no fundo até lhe queria agradecer, porque quando falou do evento da Acção Social de revolução silenciosa, perguntou-me se tinham estado presentes representantes das Comissões Sociais de freguesia — e sim estiveram! Das duas únicas Comissões Sociais de freguesia que durante este ano e meio que eu estive no executivo, reuniram. Portanto está respondida a pergunta.

Não tenho outras considerações. Caberão a quem as quiser tomar. E de facto o Senhor Presidente não esteve presente neste evento e eu tive muita pena, porque poderia ter estado connosco e aprender com este painel fantástico que nós trouxemos a Aveiro, que muito nos veio ensinar. Que reuniu 120 participantes interessadíssimos por esta temática e que na avaliação que foi feita do evento consideram o evento ter correspondido às expectativas, clareza na exposição dos participantes, assim como foram considerados, esta avaliação que os participantes fizeram, como foram momentos óptimos de reflexão.

Portanto eu acho que temos que ficar satisfeitos, para além do facto da realização deste evento ter tido como principal objectivo reconhecer e agradecer a Acção desenvolvida pelas instituições concelhias, incluindo as Juntas de Freguesia. E realmente têm um trabalho mérito, também ele muito silencioso, também ele muito discreto, mas as Juntas de Freguesia também têm aqui um papel fundamental no apoio aos seus cidadãos, um trabalho excelente de proximidade e foi exactamente com esse objectivo que se pretendeu realizar este evento, ao mesmo tempo trazendo nomes fantásticos nestes vários temas que a Acção Social aborda, a todos aqueles que estiveram presentes, foi de certeza um momento fantástico, para podermos aprender a reflectir mais sobre a nossa Acção e aquilo que queremos para o futuro.

No que diz respeito à rectificação da parceria com o “Projecto Giros” a Dr.ª Celina tem toda a razão a Comunicação não está bem redigida, refere-se até ao ano de 2012. De facto foi quando os quatro programas de respostas integradas terminaram e de facto só apenas o Projecto Giros teve continuidade com o financiamento do “SICAD”. E pronto, não quero puxar a Brasa à minha sardinha, mas dizer (e aqui também lhe faço um reconhecimento a si, porque tem estado muito interveniente nesta área) que é de reconhecer o esforço que todos os parceiros na questão da toxicodependência tiveram junto do “SICAD”, ao mostrar a necessidade de não se abandonar o concelho de Aveiro, mostrando com clareza que o concelho de Aveiro tinha casos ainda para resolver e que não podia ficar de um momento para o outro abandonado.

Dizer também e assim como referiu é justo e mais do que merecido, dizer que as instituições deixaram de ter financiamento mas continuam a apoiar esta população.

Apenas uma instituição com dificuldades económicas abandonou o espaço que estava a ocupar, mas todas as outras treze instituições, nomeadamente a Escola Profissional de Aveiro, a Cruz Vermelha e o Centro Social Paroquial da Vera Cruz continuam com os objectivos a que se propuseram no início dos projectos de respostas integradas junto deste público que são; atenuar e diminuir prejuízos, alterar comportamentos de risco e hábitos de consumo. Portanto queria aproveitar uma vez que este assunto veio à baila para fazer este reconhecimento junto destas instituições. Naturalmente as Florinhas do Vouga têm aqui um papel de destaque porque toda a gente conhece este trabalho desenvolvido pelo “Projecto Giros” e a Câmara Municipal de Aveiro também não podia deixar de fazer uma referência a esta parceria que com muito gosto assinou e tem permitido com que o projecto continue, facilitando da melhor forma possível que vá ao encontro dos objectivos a que inicialmente se propôs.

Para terminar e peço desculpa porque realmente já me estou a alongar, dizer apenas ao Senhor deputado João Pedro Dias, não leve a mal o que eu vou dizer, mas não sei se articula muito bem a informação com os seus colegas que costumam estar cá nas outras Assembleias!? A questão que me colocou hoje já veio colocada cá em outras Assembleias e custa-me estar a repetir. E custa-me repetir o que eu vou dizer agora. É um total desconhecimento daquilo que acontece no que diz respeito ao serviço de acção social camarário. Mas desde já lhe lanço o convite a que nos visite, venha conhecer o tal chamado serviço de acção social que diz que não existe. Vem comigo, dou com todo o gosto a conhecer todos os técnicos formados e especializados na área, que todos os dias intervêm junto da nossa população, tenho o maior gosto em o fazer. E pronto, dizer que de facto à semelhança

da primeira vez que esta questão foi colocada, sinto de alguma forma e nem na minha pessoa naturalmente, porque eu apenas defendo a minha dama, uma referência que toca à ofensa. Peço desculpa, se calhar interpretei mal as suas palavras, mas gostaria de facto que nos visitassem e que conhecessem o trabalho diário deste serviço para que ficassem mais esclarecidos.”

Vereadora Maria da Luz Nolasco:[046](#)

“Então muito boa noite, membros da Mesa, Senhores Deputados, Órgãos de Comunicação Social, Múncipes. Também vou ser breve, até porque hoje a Teresa estava tão inspirada que eu gostei muito de a ouvir também. Mas eu só gostava de dizer uma coisa, antes de mais, hoje (acho) que é a última Assembleia deste mandato e como tal só queria aqui partilhar uma coisa que também me vai fazendo reflectir e marcar também aquilo que são os nossos pensamentos certamente.

E eu acho que aquilo, não sei se partilham ou não comigo também, já o falaram sobre isso, eu acho que estas Assembleias têm sido momentos de amplo debate e de plena liberdade ideias de pensamentos e de atitudes e apraz-me bastante, enfim, como membro participante deste executivo, mas também como alguém que vos foi escutando ao longo deste tempo, estar aqui presente com uma honra muito especial, um prazer muito grande, daquilo que também foram as lições contínuas no meu dia-a-dia.

Eu sou uma profissional dos museus, da cultura, sou uma mulher política como todos nós somos. Não quer dizer que política tenha que ser partidária. É-se político por natureza, quando temos ideias e que nos expressamos como tal e tenho um especial carinho por todos vós que aqui estão e penso que desempenhámos bem o nosso papel.

Eu acho que contrariamente àquelas que foram as palavras de uma certa agressividade daquela senhora munícipe, penso que não é aquilo que as pessoas pensam de um órgão político como este. Como mulher quero dizer que tenho muita pena que não hajam mais mulheres aqui presentes. É pena que as cotas muitas vezes imponham, não devia ser necessário. Só temos uma Presidente de Junta em 14 freguesias, mas vai mudar, esperemos que sim, é preciso essa equidade, é preciso esse equilíbrio, porque todos ganhamos e eu vou-vos dizer porque é que é preciso esse equilíbrio.

Eu não fiz esse registo nem esse inquérito, mas por exemplo noto que quando são as questões sociais, pese embora todos se manifestem, há sempre duas pessoas que são aqui o pivot dessas manifestações e são quase sempre mulheres. Ou são a Dr.^a Ana Maria, ou Dr.^a Celina ou ali também a Elisabete ou a minha colega Inês. Mas são sempre de um pendor, não sei porquê, mais feminino ou não. É importante por isso que as mulheres estejam também presentes embora também saiba que o nosso Presidente tenha sido autor deste rótulo bonito da relação silenciosa, que eu achei muito bonito quando ouvi e sei que lhe é especialmente forte a preocupação social e humanitária. No fundo é para isso que todos nós aqui estamos a actuar.

Mas pronto, de qualquer forma queria partilhar convosco que foi realmente um gosto ter feito parte destes debates de plena liberdade e de grande intuição política que todos manifestaram aqui. E com quem muito aprendi e que registo. Muito obrigada.

Tirando isto Senhores deputados, Ana Maria, Celina França sobre a questão da habitação social. Não é preciso dizer muito. Há números talvez que nem sempre a Comunicação do Senhor Presidente transparece, também não pode ser exaustivo, mas podem consultar nos relatórios da própria equipa que se trabalhou, acho que se trabalhou bem. Fez-se uma coisa que eu acho que foi importante neste mandato que foi o descongelamento das rendas.

Quando se descongelaram rendas, não era para que se impusessem valores mais elevados, é descongelar para aumentar ou para reduzir, para ver de acordo com os rendimentos das famílias aquilo que estava correcto.

E para mim foi a grande marca da diferença porque a partir daí foi possível nós enviarmos cartas a todas as famílias para realmente verificarmos a questão dos rendimentos per capita, foi o bater à porta individualizada para avaliar as situações e isso teve um contributo muito positivo porque aí apercebemo-nos de muitas situações de injustiça que existiam ali e continuam a existir, porque realmente é um trabalho que é um processo em aberto, que todos nós vamos ter que continuar e a prestar contas realmente e a também tentar colher daqueles bairros. Mas esse trabalho foi importantíssimo e a equipa trabalhou muito bem, porque com isso apercebeu-se de portas que estavam fechadas, de casas que estavam subalugadas, e de casas que não estavam a ser habitadas devidamente. É um trabalho de fundo, é um trabalho realmente de fundo que tem que ser continuado e que como disse e muito bem a Dr.ª Ana Maria eu acho que é uma meta na questão da justiça social, porque realmente talvez haja ali famílias (e nós sabemos disso) que estão a habitar casas e que deviam ter dado já o seu lugar a outra que está a precisar muito mais, porque entretanto a situação delas até melhorou e por isso as subalugaram ou as subarrendaram.

Houve rendas que foram actualizadas, umas subiram, outras desceram. Há muitos planos de pagamento de dívida, se virem aqui há 134 planos de liquidação que estão a decorrer neste momento. Eu acho que isto é um universo muito pequenino no meio das seiscentas famílias que ali temos, mas pronto já há uma centena e meia.

Houveram realmente 18 resgates, estes que aqui estão constam como disse também a Dr.ª Celina deste último trimestre. Houve um trabalho muito próximo, de grande proximidade com as famílias, a questão das reuniões de condomínio e o facto de estarmos lá muito mais presentes. Contínuo a dizer que tenho uma frustração enorme do facto das colunas das águas não estarem corrigidas até este momento. É verdade e tem sido uma daquelas tarefas que o BE me tem dado todas as vezes, e que esperemos pelo menos um terço delas se realizem até final deste mês. Finalmente conseguimos desbravar este território, não tem sido fácil, mas é realmente crucial porque é talvez dos grandes problemas infraestruturais, será esse das colunas e daquilo que depois são as consequências.

Também quero agradecer a ex-vereador, hoje deputado Marques Pereira, a questão do Teatro Aveirense. Aquela coisa do Teatro Aveirense, do serviço educativo etc. O Teatro Aveirense passou por momentos muito complicados como vocês sabem. Sempre quis respeitar muito a questão da intervenção e da linha condutora do ponto de vista da programação ser da responsabilidade de um programador.

Quero-vos dizer que nem sempre foi a melhor opção. Era complicado, era complicado gerir, portanto teve sempre uma vida um bocadinho oscilante!

Acredito que neste período e queiram acreditar que é a verdade, é bom politicamente, é o último ano, concentraram-se muitos dos melhores espetáculos neste último ano. Porquê? Tivemos que os ir empurrando. Não havia dinheiro em muitas alturas, nós tínhamos que ir empurrando para a frente grandes espetáculos que estavam na expectativa de se irem concretizar e que acabaram por se concretizar agora. E portanto é no âmbito do QREN realmente, que grande parte desta programação que vocês hoje têm no Teatro Aveirense está a ser concretizado e está a ser levado a efeito. O que não quer dizer que neste momento experimental de fusão com a Aveiro Expo, que também não tenham havido contributos. Esses contributos não são tanto da contratação de grandes ou novos espetáculos, porque esses como estão e está aqui também na informação do Teatro Aveirense, também não vieram aqui todos, mas posso-vos dar o resumo. Há também o apoio do ponto de vista da divulgação e penso que aí é que ganhámos bastante. O caso do Eng.º Carlos Barros dizia e muito bem sobre a questão da feira do livro, é preciso fazer um bocadinho de marketing. É preciso realmente investir um bocadinho na questão da educação, dos papéis, etc., mas custa muito dinheiro e aí houve realmente um apoio porque houve um cruzamento de meios e de recursos que o Teatro Aveirense sózinho não tem, mas que com outras entidades consegue realmente reproduzir e aumentar.

A questão da programação posso-vos dizer que conseguimos durante Abril e Maio totalizar 28 espectáculos nas várias áreas da música, teatro, etc., com 34 sessões, 6.592 espectadores perfazendo um total de receitas de bilheteira de vinte e seis mil euros — o que é bom.

O serviço educativo continuou a realizar também os ditos espetáculos, são 12 sessões de 1.408 espectadores que também mobilizaram desde a Filarmonia das Beiras, a ópera, operetas, teatro infantil, teatro de sombras, etc., escolas, enfim.

Também conseguimos aí realizar uma bilheteira significativa e assim entre Janeiro a Maio de 2013 o Teatro Aveirense apresentou um total de 58 actividades, entre vários espetáculos e sessões para um total de 13.391 espectadores e uma receita de sessenta e oito mil euros.

Eu acho que o balanço é positivo, mas mais uma vez o digo a união faz a força e realmente acredito que os equipamentos culturais em união, em congregação de esforços, chegarão muito mais longe e com muito melhor rentabilização daquilo que é um esforço contínuo das equipas que trabalham na cultura.

Para acabar queria dizer sobre a feira do livro, que foi uma pena realmente, o Eng.º Carlos Barros tem toda a razão, mas no Porto nem se realizou. Esta foi muito fraquinha em Aveiro, foi a possível. E é possível graças aos livreiros e foi possível realmente porque da nossa parte o investimento foi reduzido, enfim, acho que não correu tão mal quanto isso, mas voltou a realizar.

Faltava-me aqui dizer sobre a questão também da ria e dos barcos e estamos também com a questão da classificação do barco moliceiro como património móvel. Mas quero também dar aqui os parabéns ao Carlos Barros, porque ele foi muito o mentor da criação do gabinete da ria e aqui se deve também essa força, essa energia, esperemos que esse gabinete possa no futuro também agilizar muito bem o Regulamento que lhe é, enfim, penso que é o Regulamento da Ria, das embarcações, das eclusas, dos muros da ria — e que esta Taxa seja realmente mobilizadora desse apoio.

Para acabar, porque também falaram da questão do arrendamento social, não é uma farsa. Ele existe e está a ter alguns contributos. Não são muito expressivos estes números destes últimos dois meses, mas temos de qualquer forma uma lista já de dezoito famílias interessadas, esperemos que se consigam pelo menos lá pôr pessoas. 15 famílias, são essas que nós temos mais ou menos na nossa bitola, nestas casas do arrendamento social. São quarenta fogos em Santa Joana e vão existir outros ali perto da Extrusal, portanto a poente da N109, que também vão ser incluídas agora neste mercado de arrendamento social e que talvez pela acessibilidade e por estarem mais próximas do núcleo urbano central, sejam mais apetecíveis. E portanto acreditamos que aí talvez haja uma maior adesão das famílias que podem já pagar um pouquinho melhor, uma renda de 240€ por exemplo e que possam realmente ser conduzidas para esses fogos. E pronto e tenho dito. Até breve, muito obrigado.”

Vereador Carlos Santos:⁰⁴⁷

“Srs. Deputados. Muito boa-noite a todos. Algumas referências que talvez sejam convenientes. Alguém brincou aqui um pouco com um concelho mais arborizado, com “Aveiro mais verde”. E haver aqui só um parágrafo que falava em cento e sessenta e sete árvores para o concelho. Quando se fala em árvores é bom que as pessoas tenham sensibilidade e alguma formação para a questão das árvores. Isto foram umas árvores que caíram no resultado do mau tempo de dezanove de janeiro, e foi uma empreitada levada a reunião de Câmara que algumas Juntas de Freguesia pediram porque tinham caído e que tinham ficado prejudicadas com o temporal de dezanove de janeiro.

Aproveito para dizer que nós continuamos a arborizar num esforço contínuo deste Executivo e dos Executivos que hão-de vir. Nós, neste momento, temos vinte e oito árvores para o Alboi, temos cinquenta e três para o Parque Infante D. Pedro, vamos colocar cento e cinquenta e

oito no Parque dos Amores, colocámos no Parque Lúdico mais algumas e na Baixa de Sto. António também.

Em relação aos abates essa questão já foi aqui colocada e não tenho mais informação para dar. Nós não abatemos árvores a nosso gosto! Nós não abatemos nenhuma árvore sem um parecer, sem ser a pedido de uma escola, ou sem ser um pedido de uma Junta, e sem ir um técnico da Câmara ir ao local ver se a árvore deve ou não ser abatida.

Se a árvore está mal plantada e está plantada em passeios onde não devia estar, não faz sentido que a árvore não seja tirada e que continue lá. Eu acho que assim deve continuar este sistema.

Foi aqui falada também a questão das BUGA. Estão a cair, está tudo a cair, e tal... isso, aliás, já foi aqui referido. Dizer que as BUGA estão desmazeladas e que estão abandonadas. Nós sabemos exatamente o número de BUGA que temos. E temos sempre em oficina um conjunto de BUGA para serem beneficiadas e serem arranjadas. Realmente o funcionário que trata das BUGA tem uma dedicação há muitos anos, é um interessado em que as BUGA estejam bem. Nós não temos comprado mais BUGA por falta de meios mas as BUGA não estão desmazeladas e mal tratadas, porque o funcionário que trata delas não permitiria isso. As pontes estão todas levantadas. Não há razão nenhuma para que os barcos moliceiros não circulem debaixo das pontes completos. Quem deve fiscalizar isso será a autoridade marítima que para esse efeito é a Capitania do Porto de Aveiro.

Gostaria de deixar uma nota que eu acho que é importante. As acessibilidades, as rampas, ainda não estão completas. Há um problema de madeira que estamos a ultimar e isso, em princípio vai ficar melhor.

Eu peço desculpa a todos vós mas nós não vamos parar as pavimentações por motivos políticos. Nós vamos continuar com as pavimentações.

Nós, para já, não estamos em campanha. Nós, para já, não estamos em campanha. Nenhum dos atuais candidatos nos está a sensibilizar muito. Nós, para já, não estamos em campanha. Estamos a pavimentar e vamos continuar a pavimentar. E não estranhem porque nós vamos agora pavimentar em mais duas freguesias. Nós vamos agora atacar ainda mais.

É sabido que a Lei dos Compromissos não nos permitiu trabalhar nos dois anos anteriores e as pessoas dizem que estamos a pavimentar porque estamos à porta das eleições.

Só se alguém nos disser para pararmos com as pavimentações porque nós vamos continuar com elas, ainda há muito a fazer. E isso é bom para todos os candidatos e eu creio que Aveiro agradece. Se as Juntas de Freguesia também pavimentarem todas aquelas que têm em carteira, de facto, o concelho vai ficar muito melhor. E se calhar ficará bem melhor que a estrada principal da Gafanha da Nazaré que é a principal rua do concelho de Ílhavo. Essa é que está muito mal e nós vamos ver se Aveiro não fica tão mal e se as coisas ficam melhor. Era só esta nota que eu queria dizer. Muito obrigado.”

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁴⁸

“Boa noite Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores.

Primeira nota em relação ao ponto “Antes da Ordem do Dia”, em relação ao PCP, o Sr. Deputado referiu nove mil desempregados no Concelho de Aveiro, de acordo com os números da União de Sindicatos de Aveiro, relativos ao mês de abril, nós teremos quatro mil seiscientos e sessenta e quatro. Portanto, a União dos Sindicatos falseia números.

Em relação aos Formadores do IEFP, dizer-vos que nos preocupa a situação. Temos realizado os esforços para continuar a ter formação e é importante que nós tenhamos formação célere para que as pessoas possam ter capacidade de regressar ao mercado de trabalho. Posso dizer-vos que acompanho essa preocupação.

Ainda foi colocado no “Período de Antes da Ordem do Dia”, também colocada posteriormente, a questão do Turismo do Centro e na possibilidade da passagem da sede

para Coimbra ou Ourém. Não é um processo que nós nos envolvamos publicamente. Para perceberem a fragilidade destes movimentos, cada município vale meio por cento da nova entidade. Portanto, não é só por si que tem de fazer as coisas, mas em conjunto com toda a região fizemos o nosso trabalho. E fizemo-lo bem, sem grande alarme público, e mantivemos a sede onde deve ser que é cá em Aveiro. Já agora, em relação aos estatutos dizer-vos que é uma má lei, aquela que reviu os estatutos, porque conseguiu expulsar do parceiro das entidades, pelo menos parceiro estatutário, a nossa Universidade de Aveiro. Portanto, quando uma entidade não tem, no seu interior, aquela que é a principal fonte do saber acho que fica automaticamente com sérias lacunas. Apesar de continuarmos a acompanhar fica esta nota. Associar-me àquilo que foi dito em relação às greves dos professores. Acompanhámos o processo, lamentámos alguns desacatos que houve em Aveiro, embora de pouca monta. É importante, rapidamente, haver um consenso para que, de facto, os alunos e as famílias não sejam prejudicados.

Ainda em relação ao PCP, já tinha, anteriormente, visto estas considerações em relação à Escola de Nariz. Não percebo onde foram buscar esses pressupostos. A Escola de Nariz não está para encerrar, não tem menos alunos do que aquilo que é necessário para laborar, tem um Jardim de Infância próximo e, portanto, não há aqui qualquer razão para perceber de onde vem esse sentimento. Em relação a Oliveirinha, o procedimento foi acompanhado por mim e pelo Sr. Engenheiro Carlos Santos como Vereador responsável pela Protecção Civil e pela Polícia Municipal. De facto, aquilo que se nos parece é que a GNR irá mudar para aquela antiga Escola. A situação que foi encontrada parece-nos ter sido bastante agradável, até porque, neste momento, os próprios alunos já têm uma biblioteca escolar e um pólo educativo. Aí sim, e como sempre foi desejo do Sr. Presidente, já temos um pólo escolar desde o Jardim de Infância, neste caso, até ao nono ano, e parece-nos que as coisas estão a funcionar bem. Em relação à questão que o Bloco de Esquerda colocou em relação aos indicadores. Os indicadores são indicadores, são sempre médias. Hoje saiu uma média que para nós é, em termos de país, negativa e que é estarmos vinte e cinco por cento abaixo do PIB da União Europeia. Na sua lógica, tenho a certeza que há aqui pessoas que estão muito acima e haverá outros que estão muito abaixo. São as médias, é assim que se fazem os indicadores, portanto, não percebi essa lógica de discurso. Em relação à questão do campo de golfe. Dizer-lhe que a empresa que, provavelmente, poderá construir o campo de golfe não é cem por cento municipal. Numa reunião onde se discutiu tanto a questão do turismo, aquilo que disse é contraproducente em relação à criação de negócio turístico. Em relação à situação financeira e aos números, fez bem falar sobre esse assunto. Recorda-nos sempre do trabalho que foi apresentado na última Assembleia Municipal, que foi a prestação de contas, e onde referimos a redução durante os últimos oito anos. Não sei se esteve cá, mas eu passo-lhe a recordar que foram noventa e três milhões entre dívidas e compromissos que foram reduzidos em termos municipais.

Sr. Deputado Paulo Marques em relação à proa que poderá passar baixa. Sr. Deputado, é nossa obrigação, enquanto serventes públicos, por assim dizer, e nomeadamente o Sr. Deputado que é Deputado Municipal, quando verificar uma situação dessas, imediatamente alertar as autoridades, até porque estão em incumprimento para com um regulamento municipal. E, portanto, espero que faça essa análise e que nos ajude a implementar aquilo que é um símbolo da nossa cidade e da nossa região. Quanto à marca “Aveiro”, de facto, queremos apostar nela, cada vez mais diversificá-la, como disse a Dra. Susana, juntá-la à marca “Ria de Aveiro”. Acho que é por onde temos que caminhar. Temos já no nosso organigrama a pessoa que está, com o Gabinete da Ria e do Salgado, a pessoa que está com o Turismo e é essa a dinâmica que pretendemos. Quanto à questão da mina, nós temos isso em mente, mas neste momento colocam-se questões de segurança e, portanto, ainda não podemos avançar com maior acuidade.

Quanto ao Deputado Francisco Picado, em relação à taxa de execução, neste momento, não a tenho aqui, não trouxe esse computador. Portanto, peço desculpa em não poder responder. Quanto ao Plano de Saneamento Financeiro, no início do ano coloquei a questão ao Sr. Presidente e pareceu-nos, estando a aproximar-se as eleições, ter todo o gosto, no dia seguinte, na passagem de pastas, de informar aquilo que está feito e de enquadrar aquilo que podem ser as medidas. Haverá medidas que politicamente serão importantes, outras não o serão, depende dos resultados eleitorais e das pessoas que têm ideias específicas, como eu já tenho visto na Comunicação Social. Portanto, não quero condicionar em nada esse debate. Quanto aos resultados negativos de anos anteriores. Eles foram muito afectados, também, pela questão dos resultados extraordinários e tiveram, essencialmente, a ver com a introdução, nomeadamente, com obras que não estavam contabilizadas. Esse é um processo mais técnico, mais específico. Continuaríamos a ter resultados negativos mas, se calhar, não nesses montantes tão elevados.

Sr. Deputado Olinto Ravara. Penso que houve aqui uma precipitação do lado do Partido Socialista ao pensar que estaria a fazer alguma reacção negativa à Câmara, nomeadamente, quanto ao Vereador das Finanças e que é um elemento do PSD. Houve aqui alguma tensão. Penso que perceberam mal. O que o Sr. Deputado pretendeu é que o elucidasse e lhe demonstrasse aquilo que tem sido feito nestes últimos anos. As empresas municipais têm, normalmente, tido nestes últimos anos um impacto negativo para a Câmara, em termos financeiros. Estão a ser feitos procedimentos em relação às suas liquidações e, por isso, passo a recordar. Este Executivo terminou com a Transria e terminou com a “Aveiro Basket”. Já aprovou, nesta Assembleia, a liquidação da EMA e da Teatro Aveirense, Lda. Estão em processo de liquidação ou de fusão, e esses processos estão a decorrer, como sabem, aqui na Assembleia, a TEMA e a MoveAveiro. Esperamos que no final destes processos manter uma Empresa Municipal, como foi sempre a pretensão. Em relação à Execução Orçamental, nomeadamente relacionada com os fundos comunitários, os valores que estão referenciados são de todo o Quadro de Referência Estratégica Nacional, vulgo QREN. Tudo aquilo que lá está tem a ver com o QREN, não estão lá projectos directamente financiados pela União Europeia, isso é um erro nosso pelo qual eu me penitencio, deveriam também estar, nem outros projectos ao nível de outros fundo, nomeadamente POPH. Quanto à Execução Orçamental. Transmitir-lhe que nós fazemos as amortizações de acordo com o que está definido no POCAL. Os dados que nós enviamos estão correctos. Este Município gaba-se de ser, na região, o único que tem contas certificadas e, portanto, iremos continuar a pugnar para que isso aconteça. Quanto aos Regulamentos Municipais, se calhar pode haver uma lacuna, pode não haver. Eu penso que em relação à aplicação dos Regulamentos Municipais, porque a maior parte só começaram agora em dois mil e treze, a sua análise deverá ser feita na prestação de contas de dois mil e treze. No entanto, dizer-lhes que nós já temos dados, em termos de valores, quer em relação à Taxa de Alojamento Turístico, quer em relação à Taxa dos Canais. Não temos, ainda, valores finais, nem análise, em relação à Taxa Municipal de Protecção Civil. Temos gosto de, numa próxima Assembleia, incluir esses montantes na Comunicação.

Sr. Deputado Paulo Jesus, acredito que a visão em relação ao valor acrescentado da reabilitação do Alboi seja diferente. Será, com certeza, diferente para nós. Penso que quando as obras estiverem acabadas haverá sempre valor acrescentado. Na minha opinião haverá sempre valor acrescentado. Espero que com o passar do tempo possamos ter uma partilha de ideias mais próxima.

Quanto à Ponte sobre o Parque, e que também foi levantada pelo Prof. Manuel António, dizer-vos que havia uma questão de fundações, como foi público. Esse processo está ultrapassado. Estão a ser feitas, em estaleiro, as estruturas, uma vez que é uma obra pré-fabricada e que será depois colocada no local. Há a necessidade de se fazer no local as

fundações e toda a envolvente. Não é só fazer uma ponte, é toda a requalificação de toda aquela zona e daquele troço viário, também.

Agradecer as palavras em relação ao Aveiro Empreendedor. Este processo pretende criar uma nova vitalidade em relação àquilo que se vai passando nas Escolas e criar um clima em que os jovens tenham uma maior actividade. Mais uma vez, faço questão de acentuar isto. A ideia não é criar capitalistas, a ideia é criar jovens que sejam activos que tenham capacidade de intervir na sociedade, nomeadamente na participação pública. Com certeza que, no meu ponto de vista, se se criarem muitos capitalistas que criem muitos empregos ficaremos todos satisfeitos.

Dar só esta nota. Não liguem ao Sr. Presidente João Barbosa. Temos uma amizade para além da política, portanto, é natural que ele se alargue um bocadinho nas suas adjectivações em relação a mim.

Dra. Seiça Neves, em relação à iluminação. Não é de somenos o valor que nós gastamos em iluminação, aliás, esse é um grande problema. Neste momento, os relógios solares que nós temos, por isso é que a iluminação não é igual em toda a cidade, estão focados no ocaso mais quinze minutos. Ou seja, a seguir ao pôr-do-sol mais quinze minutos. Infelizmente nem todos os relógios, não por nossa culpa mas por culpa da concessionária, não estão bem regulados. Houve um Presidente de Câmara próximo que disse que o “rapaz da EDP” baralha aquilo tudo. E eu associo-me a isso: o “rapaz da EDP” baralha mesmo aquilo tudo, de vez em quando. E, portanto, peço desculpa a si e ao Deputado Carlos Barros.

Deputada Susana Esteves, em relação às freguesias aquilo que está transcrito pelo Sr. Presidente é aquilo que foi aprovado, em reunião de Câmara, por unanimidade. Só dar-lhe esta nota porque achei que era importante ter essa percepção. Concordar em absoluto com a questão da “marca Aveiro” associada à “marca Ria de Aveiro”. Desde o primeiro momento somos apoiantes desse processo. Teremos, já no próximo fim-de-semana, um processo muito interessante para discutir aquilo que são os produtos típicos e uma acção de promoção da Ria de Aveiro. Espero que todos tenhamos a capacidade e a possibilidade de participar nessa acção.

Em relação ao PU do Parque Desportivo de Aveiro. É um processo antigo que vem desde mil novecentos e noventa e sete, julgo eu. Foi uma prestação de serviços que foi solicitada a um gabinete de arquitectura externo à Câmara, na altura. Gabinete do Arquitecto Lopes da Costa. Na altura era um Plano de Pormenor, foi passado a PU, e foi à reunião de Câmara há pouco tempo, agora está para aquela sessão de serviços técnicos. Quando se diz que nós intervimos, é. Temos acompanhado porque foi uma prestação de serviços feita, nomeadamente a questão do mapa de ruído, mesmo a proposta que foi feita, nós acompanhámos sempre para compatibilizar com o PDM. E é isso aí que está referido. No final, como é óbvio, a Câmara terá que assumir e os nossos técnicos afinarem o PU. Mas, de facto, foi uma prestação de serviços. Em relação a Nariz, agradecer-lhe essa nota. Não tínhamos a percepção de que os transportes não estavam bem e iremos junto de quem de direito até que ponto se pode corrigir essa situação.

Dra. Celina, a sua intervenção foi correcta à excepção da parte final de nós darmos conta de gastarmos dinheiro do erário público. Se há alguma coisa que vê que nós não estamos a prestar contas relacionadas com dinheiro público tenho todo o gosto em nós arranjarmos-lhe esses dados para que fique satisfeita. Nesse facto nós não podemos falhar porque acho que é basilar da democracia e da república em que vivemos.

Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, das questões que levantou apenas uma que é a questão do subsídio de férias. Como sabe nós aprovámos o Orçamento da Câmara com base no Orçamento de Estado de dois mil e treze. Foi aprovado a seguir. O Orçamento de Estado só foi considerado inconstitucional em Março e a Câmara, automaticamente, promoveu uma revisão orçamental onde inclui, como disse e bem, o subsídio, que está no ponto a seguir. Para nós fazermos o pagamento só precisamos que vocês alterem, porque sem essa alteração,

sem essa revisão, lhe garanto que, dentro da legalidade, não podemos pagar nada. Só para ter essa percepção. Nós precisamos de autorização de despesa da Assembleia.

Só mais dois ou três pontos.

Dr. Marques Pereira, modelo das taxas. Vamos começar pela taxa de utilização dos canais. Esse modelo é parecido com a taxa que paga quando utilizamos aqueles que são os maiores aparelhos turísticos que existem e que são os aeroportos. O modelo é similar. Se não acham que é o melhor modelo, eu percebo perfeitamente. Mas é só para dizer isto porque eu acho que não tem a percepção de que foi esse o modelo utilizado e é um modelo que nenhum de nós se apercebe mas está correcto e é assim que deve ser. Foi esse o modelo que utilizámos. Quanto à questão da taxa hoteleira. Eu percebo, estamos em pré-campanha e é normal que queiram mostrar aos hoteleiros que têm uma alternativa diferente. Só que tenham a percepção disto. Daqui a uns meses, esperemos que muitos porque a Lei não é positiva, há-de ser aprovada a Lei das Finanças Locais. No mínimo, estamos a falar de uma redução da receita de vinte por cento. Nessa altura, por muito que sejamos todos boas pessoas, nós vamos ter que fazer opções. Se não houver taxa de alojamento turístico provavelmente aquilo que se irá logo deixar cair são os investimentos no turismo, investimento directo da Câmara. Porque o dinheiro, francamente, não dá para tudo e as pessoas têm que ter essa percepção. Se a ideia for outra, por exemplo aumentar o IMI, o efeito do IMI nos hotéis é muito mais gravoso que a taxa municipal. Muito mais porque é um imposto sobre o património, logo é um custo e esse custo há-de ter IVA. Multipliquem isso. E dizer-vos o seguinte. As únicas entidades que vão ficar de fora são os fundos imobiliários. Em Aveiro só há um hotel que tem fundos imobiliários, e esse tem sido, desde o primeiro momento, o grande opositor à taxa. Percebam porquê. É bom nós percebermos toda a cadeia e por isso é que lhe dou esta informação para que possa formatar a sua opinião com a realidade. Aquilo que nós estamos a garantir para dois mil e catorze é que, havendo esta alteração legislativa, continue a haver dinheiro para financiar investimento no turismo da Câmara Municipal.

Acréscimos e deferimentos, Prof. Manuel António, tem estado sempre, se calhar com um valor mais pequeno. À medida que nós formos fazendo mais obras cofinanciadas essa é a parte do cofinanciamento. Isso tem a ver com modelos contabilísticos para daqui a uns anos não caírem amortizações em catadupa e depois haver resultados negativos sem explicação.”

Presidente da Câmara:⁰⁴⁹

“Quanto ao pórtico do Estádio, penso que foi o Francisco Picado que colocou a questão. Há cinco ou seis dias tivemos em Lisboa mais uma reunião com o Sr. Secretário de Estado em relação a esse assunto. Continuamos, como é dever da nossa parte, a pressionar para que essa promessa possa ser concretizada.

Quanto àquela Sra. que aqui esteve inicialmente dar-vos nota e faço-o de uma forma particular porque qualquer cidadão merece todo o nosso respeito, o maior respeito possível. O espanto que tiveram aqui com a Sra. também eu tive no atendimento que tive com a Sra. A Sra. entrou no gabinete, no momento em que a secretária ia a encostar a porta a Sra. ficou muito nervosa e não queria a porta fechada. Depois foi para a porta para abrir a porta e trancou a porta. Foi uma confusão. Depois lá se resolveu tudo e a Sra. lá se sentou. Pedi para a secretária se sentar também ao lado para ficar a acompanhar a conversa, para saber o que é que se passava. Perguntei à Sra. se nós nos conhecíamos de algum lado, se tínhamos tido alguma conversa, algum encontro, qualquer coisa assim. A Sra. olhou para mim, levantou-se e disse: “ai não, não é o Sr. Desculpe. Desculpe”. E foi-se embora e fiquei sem saber qual era o assunto. Mas merece todo o respeito e toda a consideração. Esta foi a segunda vez na vida que vi a senhora, foi aqui, e não sei qual será o problema que tem.

Quanto às Agrad e as obras que estão a decorrer, também acresce a ligação, não só à A25, à Av. da Força Aérea. Estão já a fazer essa ligação, há ali uma malha e uma rede que nos

parece importante. Vamos ver se no pico do verão temos isso em funcionamento e que nos dava muito jeito.

Quanto ao transporte para Nariz, agradecer ao Sr. Presidente da Junta a luta árdua, intensa e constante que teve na defesa do transporte para Nariz. Nariz tem os mesmos ou mais transportes do que tinha anteriormente e os horários de Nariz são cumpridos de forma religiosa como são quase todos os horários que são cumpridos. Agradecer esse empenho todo, também neste processo, também o Presidente da Junta de Nariz, como nos outros casos tiveram, para que as populações continuassem a ter o serviço de transportes públicos, que tinham antes e que agora estão melhores, com excelentes condições e com melhores cumprimentos de horários.

Quanto à questão da Escola de Oliveirinha só um ligeiro pormenor. Vivemos em Aveiro uma situação anómala ao nível da segurança, das forças de segurança. Aquela que é a unidade, a PSP, responsável pela segurança da zona urbana, do centro, está fora desse centro. Aquela que é responsável pela segurança na zona mais afastada do concelho está no ponto oposto do concelho. Procurou-se com isto, e aqui é de relevar também, a disponibilidade, o empenho, a colaboração, a iniciativa, da Junta de Freguesia de Oliveirinha, potenciando aquelas instalações da Escola, e a Junta foi de uma colaboração ímpar nesse processo, procurou-se passar para lá uma secção da GNR, para aquele núcleo, para depois poder servir melhor as freguesias de Nariz, Requeixo, Eirol, Eixo, daquela zona toda. Estaria muito mais perto. Como disse o Dr. Pedro Ferreira, e muito bem, já foi feito o protocolo, já reunimos, já revemos o protocolo que está a ser analisado pelas entidades competentes.

Quanto à questão que levantou há pouco, o processo da CIRA/Beira-Mar está em investigação, por aquilo que a gente sabe, pelo que sabemos está em segredo de justiça. A única coisa que sabemos é que a Câmara foi abordada, oportunamente, para fazer algo idêntico que foi feito por outra entidade, a nossa resposta foi não porque tínhamos a convicção que não recolhia a legalidade que seria, na nossa perspectiva, exigível.

A questão da delapidação do património. Já falámos disso aqui recorrentemente, não é Francisco Picado? Vem sempre aquela frase que se compreende perfeitamente que é a “recuperação financeira da Câmara é à custa da delapidação do seu património”. Portanto, a Câmara chegou, vendeu o que tinha, e isso amortizou a dívida. Só para relembrar o que aqui disse e são dados actualizados. Também pedi aos serviços que em termos de valores do património. E aquilo que está escrito pelos serviços é assim: das contas de dois mil e oito para as contas de dois mil e doze, nesses quatro anos, em termos de património; em termos de investimentos financeiros aumentou de treze milhões para dezoito milhões; em termos de imobilizações corpóreas o património aumento de cento e trinta e cinco para cento e setenta e três milhões; em termos de imobilizado em curso aumento de doze milhões para dezanove milhões; e em termos de bens de domínio público aumento de cento e nove milhões para cento e dezoito milhões. O que significa que, nestes quatro anos, de dois mil e oito a dois mil e onze, o património do Município, contrariando a afirmação de delapidação do património, aumentou em cerca de sessenta milhões de euros.

Quanto ao Parque da Sustentabilidade, o Dr. Paulo Jesus falou da questão do Alboi. Eu tenho a imagem do Alboi, como todos temos a imagem do Alboi, o que era o Alboi antes, o que eram os passeios, quase o resto dos passeios que existiam, com as raízes das árvores a arrancarem os passeios, com a pedra do chão solta. Uma péssima imagem. Essa imagem que eu também tenho do Alboi e de muitas árvores já a ameaçarem tombarem, com aqueles problemas todos que poderiam causar. Gostava muito que o Dr. Paulo Jesus quando falasse do Parque da Sustentabilidade nos dissesse se não encontra nada, eu não direi bom, razoável, ao menos, que pudesse lá existir. Por exemplo a questão da requalificação do Parque e que era uma obra exigida eu sei lá há quantos e quantos anos, e que estava abandonada. Da Capela e da Igreja de Sto. António e S. Francisco, se não haverá aí alguma coisa de positivo, nesse processo. Naquela reformulação, acho que é das coisas das mais

notáveis que tem o projecto, que é o alargamento do Parque, enquanto parque, enquanto espaço de fruição, enquanto espaço de lazer, para o Parque dos Amores, esse prolongamento todo que acontece. A Casa de Chá, aquele edifício emblemático no estado em que estava. A Fábrica da Moagem, enfim, por aí adiante. De modo que uma análise destas permitirá um distanciamento e um juízo, naturalmente, mais credível.

Por último, por aquilo que me pareceu será a altura de agradecer aos Srs. Vereadores a sua incedível colaboração, a todos. De uma forma mais especial, por razões evidentes, à Dra. Teresa Christo, à Dra. Maria da Luz, ao Dr. Pedro Ferreira, ao Eng. Carlos Santos, a todos dizer que foram incedíveis durante este período. Também para os catorze Presidentes de Junta no fundo agradecer pelo que fizeram, por aquilo que não fizeram porque nós não pudemos ajudar, pedimos desculpa pela nossa incapacidade de meios e de formas de ter correspondido àqueles que eram os vossos desejos. Os catorze estão de parabéns. Muito obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à aprovação do plenário a continuação dos trabalhos para além da meia-noite, não se verificando contestação.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[050](#)

“Rapidamente. Houve muitas coisas que o PCP colocou na primeira volta que não foram respondidas, mas pronto. Indo ao caso de Oliveirinha, por aquilo que interpretei das palavras quer do Sr. Presidente de Câmara, quer do Vereador Pedro Ferreira, parece que a solução encontrada é esta: manter as crianças dos seis aos quinze anos no mesmo parque, no mesmo centro escolar, não havendo qualquer construção de outra escola primária ou o retorno das crianças daquela Escola Primária à sua escola inicial. Situação em que, francamente, se houve um tempo em que foi considerada de circunstância parece ganhar agora características de eternidade. Isso, na nossa opinião, não é solução, nem nunca o foi e, precisamente por isso, é que houve escolas do ensino básico, de segundo e terceiro ciclo, para separar alunos que têm idades diferentes, que têm interesses e objectivos diferentes.

Não avançaria mais, mas só para clarificar aquilo que foi dito em relação aos números do desemprego. E, francamente, não é assunto que deva merecer aqui grandes considerações, porque, de facto, é um assunto sério. Os números que eu aqui apresentei são os números, não do IEFP, porque o IEFP, bem como a nota da Lusa, referem-se ao número de inscritos no Centro de Emprego. Ora, o que eu citei foram os números do INE. São os números que têm outros cálculos e que são, por exemplo, os números aceites pela OCDE. São números que, ao contrário do IEFP, incluem os inactivos disponíveis, ou seja, aqueles que estão desempregados, que estão à procura de trabalho fora do IEFP; os chamados inactivos desencorajados que são aqueles que estão numa situação em que já não estão à procura de emprego; trabalhadores em longuíssima duração de desemprego ou pessoas que, com as habilitações literárias e académicas, nem lhes permite saber procurar emprego; as pessoas que estão em sub-emprego invisível, ou seja, pessoas que querem trabalhar as quarenta horas por semana mas o máximo que conseguem arranjar é um ‘part-time’ de sete, oito ou dez. Estas são pessoas em situação de desemprego para o INE mas não para o IEFP. E por último, os recém licenciados que ainda nem perceberam que estão em situação de desemprego porque, enfim, estão há tão pouco tempo que ainda não perceberam muito bem onde é que vão parar. Isto é só para clarificar porque é que o número que eu trouxe é o número do INE e da OCDE, e não o número do IEFP, esse sim do seu interesse.”

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[051](#)

“Primeiro, registar com alguma ironia que reparei que o Vereador Carlos Santos disse que ainda não estava a pensar em campanha eleitoral e curiosamente Élio Maia tinha como folha de rascunho boletins de voto. Uma mera ironia, estarei certo. Mas o que me preocupa mais é eu fazer perguntas bastante concretas e não ter respostas concretas a essas perguntas. Pedro Ferreira não disse quando paga. Não disse se paga em Junho. A questão da dotação orçamental pode ser facilmente desmentida. A dotação orçamental que tem é anual e ela permite, perfeitamente, pagar os subsídios em Junho. Outras Câmaras estão a fazer isso e, obviamente, a Câmara de Aveiro não é excepção. A dotação orçamental é suficiente, podem-no fazer, podem pagar em junho. O que eu posso concordar é que é preciso alterar a dotação anual para poder pagar a totalidade do salário anual dos trabalhadores. Isso eu concordo. Agora, podem perfeitamente com a dotação orçamental que já têm pagar o subsídio em junho. Portanto, não respondeu se pagava ou não no devido prazo. Élio Maia também não responde e a minha pergunta foi bastante directa. Estava ou não solidário com a decisão dos Vereadores? Aliás, eles podem ser descritos como o braço direito e o braço esquerdo de Élio Maia. Mas, apelando ao segredo de justiça, Élio Maia, fugiu à questão. Mas é uma questão bastante importante, tem a ver com financiamento ao futebol e dinheiros públicos para ajudar o futebol profissional, quando, ainda por cima, temos manifestações no Brasil, que reclamam que substituam o investimento no futebol profissional e eventos desportivos como é o caso da Copa Mundial por investimento na saúde e na educação, e nesse sentido solidarizamo-nos com essas manifestações. Nós aqui em Aveiro podemos ver como é tão difícil pagar a tempo e horas aos funcionários e, no entanto, é possível a membros deste Executivo votarem decisões para pagarem camarotes e estacionamento no Estádio Municipal de Aveiro.

Também dizer que a Vereadora Teresa Christo não percebeu a interpelação do Bloco de Esquerda. É bastante diferente ter pessoas que acompanham aquilo que se faz ao nível da acção social em Aveiro e acompanhar aquilo que as IPSSs fazem, a ter verdadeiramente serviços de acção social. Ter serviços de acção social próprios é ter, por exemplo, órgãos onde é possível receber casos de menores maltratados, fazer acompanhamento nos tribunais, são serviços que a Câmara tem no orçamento escrito, mas transferências na acção social só existem para as IPSSs. E isso não são serviços de acção social próprios da Câmara Municipal. Também dizer e uma nota quando referi o desrespeito pela Assembleia Municipal, esqueci-me de referir o caso da concessão do estacionamento de superfície e a construção de novos parques, em que foi praticamente unânime a decisão de rejeitar este negócio, e a Câmara não cumpre ou não respeita uma decisão da Assembleia Municipal, ainda que possa dizer que legalmente não é obrigada a fazê-lo. Obviamente é um desrespeito por este órgão. Nesse aspecto, queria aplaudir a oposição que o PSD conseguiu fazer nessa matéria, nomeadamente através da voz do seu líder de bancada.”

Vogal Rui Maio (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[052](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Bem, a Vereadora Teresa Christo disse que as necessidades do Concelho são diagnosticadas pelos parceiros da Câmara e não pela própria Câmara. E isto demonstra bem que não há acção social directa por parte da Câmara. Há sim apoios às IPSSs. Só que estas Instituições, apesar de fazerem um trabalho meritório, têm apenas efeitos paliativos. Elas não combatem as causas da pobreza, nem as causas do desemprego. E é só por esta razão que só isto não é suficiente. Tem de ser a Câmara a assumir essas funções, só que isso também não é possível porque a Câmara orgulha-se de diminuir o número de funcionários.

O Bloco de Esquerda explica rapidamente como é que se faz esse combate. Através da defesa de políticas de emprego estável; de políticas fiscais transparentes; de um sistema de segurança social e de saúde públicas; da existência de respostas de apoio à família, de

medidas de conciliação entre o trabalho e a família; do aumento do subsídio de desemprego; do aumento do RSI; das pensões; do complemento de solidário ao idoso; entre outras.

Se a Sra. Vereador quiser conhecer, com mais pormenores, estas medidas eu faço-lhe um convite. Leia o programa autárquico do Bloco de Esquerda de dois mil e nove e de dois mil e treze, que está agora a ser elaborado, e que a concelhia de Aveiro terá o maior prazer em oferecer-lha as cópias.

A Vereadora Maria da Luz deu-nos alguns dados interessantes sobre o mercado social de arrendamento, nomeadamente a renda mensal de duzentos e quarenta euros que referiu. Posso-lhe dizer que não é muito diferente das rendas do mercado que não é social.

Em relação ao Vereador Carlos Santos que falou das competências necessárias para falar sobre árvores. Eu devo lembrar aqui que este Executivo classificou rotundas como zonas verdes e eu creio que isto já diz muito da competência que se tem para falar sobre árvores. E mais. Abateram-se todas as árvores da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, mas percebe-se perfeitamente porque é que o fizeram, porque elas estavam a estorvar a construção do estacionamento subterrâneo.

E finalmente, o Vereador Pedro Ferreira diz que partilha da preocupação do formadores do IEFP e refere que a direcção do IEFP tem continuado as acções de formação. Pois tem. É verdade. As acções de formação têm continuado. Esqueceu-se foi de dizer que essas acções de formação têm continuado já sem os formadores externos porque a direcção do IEFP optou por iniciar essas acções não contratando os formadores externos que lá estavam.

Outro ponto. A bancada do Bloco de Esquerda não falou em turismo, falou em relação ao negócio turístico que será o campo de golfe. A conclusão que se tira é que Aveiro é cada vez mais para os turistas e cada vez menos para os seus cidadãos.

E para acabar, em relação à redução da dívida, no total de noventa e três milhões de euros, parabéns. E parabéns sinceros. Só que ainda faltam pagar cento e vinte e seis milhões de euros de dívida. E a este ritmo esperemos que daqui a onze anos ela esteja toda paga. Mas é de esperar também que quem vier a seguir não faça mais dívidas.

Em relação à anulação do concurso de estacionamento, zero. E em relação ao encerramento do estacionamento, zero.”

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[053](#)

“Muito rapidamente. Uma questão que eu me esqueci de colocar na primeira ronda, mas que acho que é importante. Em primeiro lugar agradecer os piropos do Sr. Presidente da Câmara. Fico sempre muito sensibilizado porque é sinal que me ouve com atenção ou com falta dela, à sua conveniência. Eu já fiz várias análises sobre o Parque da Sustentabilidade, estão escritas em acta, já disse aquilo que não gostava e o que gostava, concordava, mas fico sensibilizado por, entre as poucas intervenções que referiu, falar directamente da minha. Fico sempre bastante satisfeito. Há aqui um parágrafo que me deixou preocupado, quer dizer, não o entendi, porque é uma questão estruturante e está relacionada com o Parque da Sustentabilidade e com a dificuldade que esta Câmara tem em lidar com os planos de urbanização aprovados, e tentou construir pontes em lugares diferentes, etc, que foram contestadas, que esteve para ser de uma determinada forma depois foram alterados. Diz a Câmara assim: «plano de urbanização do programa Pólis – alteração». Eu convido alguém a perceber o que é que isto quer dizer: «esta proposta de alteração do plano de urbanização da Pólis tem por base uma nova filosofia programática, com contenção de custos nas novas intervenções, preconizar a possibilidade de intervenção multifaseada procurando potenciar ao máximo as infraestruturas pré-existentes, bem como procurar combater as acções das anteriores versões que alteraram significativamente as soluções viárias e urbanísticas perfeitamente consolidadas e de qualidade satisfatória». Ora, isto quer dizer o quê? Traduz-se em quê? É uma poesia, uma construção frásica literariamente, não considero interessante

porque acho que o objectivo da escrita é dizer alguma coisa, mas é conveniente que nos digam o que é que é. É um plano importantíssimo, numa área muito sensível da cidade de Aveiro, que aparentemente estão a pensar em alterações, tanto que se traduzem em quê? Nesta fase porquê? E, portanto, deixo estas perguntas.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[054](#)

“Muito obrigado. Brevemente. Só para comentar o facto do Sr. Presidente não ter respondido à pergunta que tinha colocado quanto à suspensão, à recomendação desta Assembleia em suspender o concurso.

Não disse que não, e por isso, entendo que esse silêncio significa que está à espera da melhor oportunidade para anular esse concurso. Obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o presidente da Mesa deu por encerrada[055](#) a primeira reunião da Sessão Ordinária de Junho, informando que a próxima reunião será no dia 25 de Junho (3.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 00:30 horas do dia 20 de Junho de 2013.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)